

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA

**AS MADALENAS: RESISTÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE AS
TRABALHADORAS SEXUAIS DA PRAÇA MONTEPIO DOS ARTISTAS – 2019
MACEIÓ (AL)**

Maceió/AL

2021

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA

**AS MADALENAS: RESISTÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE AS
TRABALHADORAS SEXUAIS DA PRAÇA MONTEPIO DOS ARTISTAS – 2019
MACEIÓ (AL)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História Bacharelado, da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Professor Dr. Elias Ferreira Veras.

Maceió/AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Livia Silva dos Santos – CRB-4 – 1670

B333m Batista, Renata Maria da Conceição.

As Madalenas: resistências de gênero e sexualidade entre as trabalhadoras sexuais da Praça Montepio dos Artistas – 2019 Maceió (AL) / Renata Maria da Conceição Batista. – 2021.

89 f. : il.

Orientador: Elias Ferreira Veras.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Curso de História, Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 88-89

1. Profissionais do sexo - Maceió. 2. Prostituição - História. 3. Madalenas - Grupo ativista. 4. Heteronorma. I. Título.

CDU: 93:392.65

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA

AS MADALENAS: RESISTÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE AS
TRABALHADORAS SEXUAIS DA PRAÇA MONTEPIO DOS ARTISTAS – 2019
MACEIÓ (AL)

Trabalho de Conclusão de Curso, da Universidade Federal de Alagoas

Monografia submetida ao corpo
docente do Programa de
Graduação em Bacharelado em
História da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 02/06/2021



Professor Dr. Elias Ferreira
Veras (UFAL) (Orientador)

Banca examinadora:



Prof.(o) _____

Orientador: Elias Ferreira Veras



Prof.(a) _____

1° Examinador:

Ana Claudia Aymoré Martins



Prof.(a) _____

2° Examinador:

Ana Paula Palamartchuk

Maceió, Alagoas

02/06/202

AGRADECIMENTOS

O processo da escrita perpassa diversos fatores, sendo um deles a interação com nosso círculo de amizade. Posso dizer que este trabalho só foi possível com a ajuda (mesmo que indiretamente) de várias pessoas. Agradeço ainda aos meus colegas, que me incentivaram a concluir o curso e a vencer diversos obstáculos ao longo destes anos. Aos mestres em História, Oséas Batista e Geovane Ursulino, por me motivarem a continuar lutando, mesmo quando pensei em desistir. Ao prof. Dr. Raphael Alécio, por ter sido uma das primeiras pessoas a me dizer que eu era capaz, muito obrigada meu amigo. Às minhas amigas irmãs, que a graduação me trouxe, Kelly Maria da Conceição, Cinthia Kleina Santos e Roberta Sodó, por estarem ao meu lado sempre. Ao professor Dr. Alberto Lins Caldas, por ver potencial em mim quando nem eu mesma via, obrigada pela sua generosidade que levarei para a vida. Ao Grupo de Estudos e pesquisa em História Gênero e Sexualidade (GEPHGS) e meu orientador professor Dr. Elias Ferreira Veras, por cada ensinamento, este trabalho sem dúvida só foi possível graças aos debates acalorados de nossos encontros. Muito obrigada a todos os meus colegas do Museu

Théo Brandão de Antropologia e Folclore, Hildênia Oliveira, Lara Jordana, Williams Machado, Adrícia Bonfim, Igo Marques, Carlos Eduardo Lopes e Bernardo Ferraz que tanto contribuíram para minha formação um forte abraço de gratidão. Agradeço ainda às Madalenas da praça Montepio dos Artistas: China, Mara, Patrícia, Edileuza e Cristiane, minha profunda gratidão, por compartilharem suas experiências comigo.

RESUMO

No intuito de refletir sobre a (re)apropriação da categoria puta e da representação política de gênero e sexualidade do grupo ativista “As Madalenas”, busco, com esta pesquisa, problematizar os mecanismos de resistência à heteronorma, presentes nas narrativas orais de mulheres que trabalham com prostituição na praça Montepio dos Artistas, em Maceió (AL). Partindo de uma abordagem que encara o gênero como uma categoria de análise (Scott 1995; Butler, 2003; Louro 2013; Foucault, 1999; Prada, 2016; Piscitelli, 2002), pretendo perceber seus silenciamentos, invisibilidades e resistências.

Palavras-chave: Resistência; Heteronorma; putaativismo.

ABSTRACT

In order to reflect upon the (re)appropriation of the whore category and the political representation of gender and sexuality of the activist group “As Madalenas”, I seek, with this research, to problematize the mechanisms of resistance to heteronorm, present in the oral narratives of women who work with prostitution in the Montepio dos Artistas square, in Maceió (AL). Starting from an approach that understands gender as a category of analysis (Scott, 1995; Butler, 2003; Louro, 2013; Foucault, 1999; Prada, 2016; Piscitelli, 2002), I intend to understand their silences, invisibilities and resistances.

Keywords: Resistance; Heteronorm; whore activism.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. UMA <i>PUTA</i> HISTÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E <i>PROSTITUIÇÃO</i> NA HISTORIOGRAFIA	24
CAP. 2 UMA <i>PUTAPRAÇA</i> : SOCIABILIDADE, TRABALHO, SEXUALIDADE E RESISTÊNCIA.....	42
CAPÍTULO 3. UM <i>PUTAMOVIMENTO</i> : AS POLÍTICAS DE GÊNERO E	65
SEXUALIDADE DAS MADALENAS DE MACEIÓ	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
ANEXOS.....	85
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	88
REFERÊNCIAS DIGITAIS	89

P.U.T.A

Hoje me peguei fugindo E
era breu, o sol tinindo
Lá vai a marionete
Nada que hoje dê manchete
E ainda se escuta

A roupa era curta
Ela merecia
O batom vermelho
Porte de vadia
Provoca o decote
Fere fundo o corte
Morte lenta ao ventre forte

Eu às vezes mudo o meu caminho
Quando vejo que um homem vem em minha direção
Não sei se vem de rosa ou espinho
Se é um tapa ou é carinho
O bendito ou agressão

E se mudasse esse ponto de vista
E o falo fosse a vítima O
que o povo ia falar?
Trocando, assim, o foco da história
Tirando do homem a glória
De mandar nesse lugar

Socorro tô num mato sem cachorro
Ou eu mato ou eu morro
E ninguém vai me julgar

(Mulamba, Mulamba no Estúdio Showlivre, 2018).

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gênero e sexualidade, principalmente, os trabalhos de Michel Foucault *História da sexualidade a Vontade de Saber* (1970) e Judith Butler *Problemas de Gênero* (2003) nos ajudam a vislumbrar a complexidade das relações de poder, que fundamentam a não-humanidade dos *corpos abjetos* que se prostituem. Sendo estes associados a estigmas, e por sofrerem subjugações os escolhi para tema de estudo. A partir do diálogo com autores como Foucault e Butler, podemos problematizar expressões e conceitos que, nos parecem muito *naturais*, como *puta, mulher da vida, biscate, prostituta*. Esses autores mostram como esses discursos são dispositivos de poder que funcionam como conotação pejorativa e violenta acerca da sexualidade das mulheres, de forma que estas são inseridas em lógicas heteronormativas que as definem enquanto um desvio social que deve ser combatido e/ou controlado.

Ao fazer, por exemplo, uma pesquisa sobre as trabalhadoras sexuais da cidade de Maceió no portal do Jornal Gazeta de Alagoas¹, utilizando na busca “prostituição em Maceió”, como palavras-chave, pude perceber como no discurso jornalístico, a representação das mulheres que exercem a prostituição está imersa em lógicas que as associam a criminalidade e à exploração sexual de menores. Em manchetes como “Justiça trabalhista pune máfia do sexo” (Gazeta de Alagoas, Maceió 28/09/2019), “Polícia apura envolvimento em rede de prostituição” (idem. 19/02/2013), “Ceasa convive com tráfico e drogas, assaltos e prostituição” (idem. 07/10/2017), “vítimas de rede de prostituição deixam União dos Palmares (idem. 25/12/2010), “Alemães são presos acusados de prostituição infantil em Jacarecica (idem. 19/06/2011), nota-se que a palavra prostituição vem associada ao crime ou ainda ao vitimismo de suas praticantes.

¹ Gazetaweb.globo.com

Nos discursos que permeiam o periódico *Gazeta de Alagoas*, pude notar a persistente confusão entre prática sexual remunerada e exploração sexual, abuso infantil e tráfico de pessoas. Sendo estes últimos, empregados no periódico enquanto personagens associados à criminalidade². Por um lado, atribui-se às experiências das trabalhadoras sexuais, um perfil de *criminalidade e de perversões*, que deveriam ser extintas pela sociedade. Por outro, constroem-se discursos que beiram o salvacionismo, ou seja, ao colocá-las enquanto vítimas, esses discursos se posicionam sob um viés de absolvição daquelas que estariam sendo exploradas. Estas relações de poder produzem formas violentas de perceber a prática da *prostituição*, silenciando a perspectiva de que esta viria a ser uma *profissão* e as reivindicações trazidas pelas *putaativistas* em nossa contemporaneidade.

“O putafeminismo [ou putaativismo] pode ser descrito [...] como um movimento que nasce a partir da ideia de que [as] trabalhadoras sexuais, podem também ser feministas, combatendo o estigma [...] e fortalecendo [a] luta por seus direitos [...] (PRADA, 2016, p.37) As ativistas pelos direitos das *putas* surgem a partir de um movimento que visa a (re) apropriação do termo enquanto uma categoria de análise que se distancia de narrativas violentas acerca da *prostituição*, percebendo-a enquanto uma profissão com significâncias e significados que devem ser associados ao trabalho.

De forma que a escolha na utilização do termo trabalhadora sexual no título é intencional revelando o posicionamento político que se apoia nas reivindicações das putaativistas e das narrativas do grupo intitulado Madalenas. A praça Montepio dos

² “[Se discute sobre] a possibilidade de [substituir] a palavra prostituição por trabalho sexual como forma de forçar a sociedade a reconhecer que somos pessoas.” (MOIRA, 2016, p.12 APUD: PRADA, 2016, p. 12)

“Não é raro ver-se as confusões entre os conceitos de exploração sexual e prostituição, sendo esta última vista por muitos teóricos como” “uma forma de exploração sexual que estabelece como bens jurídicos de elevada importância a serem protegidos pelo tipo penal” “casa de prostituição” a moralidade sexual e os bons costumes em benefício da coletividade, [...] no sentido de que o bem jurídico protegido seria a dignidade sexual.” (RODRIGUES, 2016, p. 47)

Artistas no centro de Maceió, funciona para elas como um ponto de trabalho³, pois em sua atuação política, associam o local a complexas relações e significações

singulares sobre o lugar (estes aspectos serão discutidos no capítulo 2 *Uma Putapraça: Sociabilidade, trabalho, sexualidade e resistência*).

O termo trabalhadora sexual está ligado a todo um esforço desenvolvido desde o fim da década de 1980⁴ por Gabriela Leite e Lourdes Barreto, em acabar com o estigma das profissionais do sexo. Estes aspectos estão associados a repressão e ao rigor com que as sexualidades ditas desviantes, são punidas, principalmente sob proibições “fundamentalmente de natureza jurídica” (FOUCAULT, 2013, p.45). Estas ativistas associavam sua atividade a debates de teor profissional e todo um gama de reivindicações dos direitos trabalhistas que esta requer.⁵ Elas passaram quase três décadas lutando pelos direitos das trabalhadoras sexuais, liderando organizações militantes que repudiavam a repressão contra⁴ as *prostitutas* e a efetivação de seus direitos⁵, questão que será discutida no **Capítulo 01** *Uma putahistória: gênero, sexualidade e prostituição na historiografia*.

Nos anos 1990, as articulações políticas em prol das *prostitutas* para combater sua exclusão e discriminação, buscou sua efetiva tomada de direitos sociais em proporções nacionais. Esta, que tenta ser vista como uma *profissão como outra*

³ “O lema da campanha do movimento brasileiro de prostitutas financiadas pelo governo federal brasileiro em 2002: Sem vergonha garota você tem profissão. Cabe salientar que as ações do movimento de prostitutas no Brasil operam no sentido de reforçar a identificação da prostituição como trabalho.” (BARBARÁ, 2007, p. 14)

⁴ “A mudança de perspectivas epistemológicas neste sentido, redireciona os debates sobre a prostituição para vieses preocupados com a cidadania e os direitos sociais e humanos. Principalmente devido ao endurecimento da violência policial durante e pós ditadura militar, como também pelo surgimento do HIV/Aids diretamente relacionado neste período com as sexualidades subversivas. Além da intensificação da violência masculina devido à continuidade de movimentos reacionários.” (LIPOVETSKY, 1994 APUD: RODRIGUES, 2009, p. 69).

⁵ “Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário, e de contra as de esquerda, que afirmam que prostituta é resultado da sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação pela sociedade ideal (...) Não somos vítimas (...), temos que lutar por nossos direitos, o nosso espaço, e não continuarmos marginalizadas. (LEITE, 1987, APUD:LENZ, 2015, p.2)

*qualquer*⁶, encontra-se num paradoxo. Pois, apesar de em 2003 o tema ter sido colocado pela primeira vez enquanto pauta no Parlamento brasileiro⁷ sua

⁴“As diferentes experiências de organizações, nos âmbitos nacional e internacional, a partir da década de 1970, tiveram como questões centrais a luta contra a discriminação e a violência, inclusive policial, e a luta pelo reconhecimento da cidadania das mulheres prostitutas.” (RODRIGUES, 2009, p.69)

⁵“A perspectiva das organizações [como a Rede Nacional de Prostitutas] é colocar a discussão da prostituição no campo da cidadania enfatizando-se em especial, a questão de a atividade referir-se a direitos sexuais e trabalhistas, e não uma questão criminal penal.” (RODRIGUES, 2009, p. 70)

denotação no Código Penal não foi alterada⁸ nem tão pouco se distanciou dos mecanismos de segregação e do controle que as criminalizam.

No capítulo Cap. 1 Uma *putahistória*: gênero, sexualidade e prostituição na historiografia trago inicialmente uma problemática que surge após a leitura dos textos de Margareth Rago *Os Prazeres da noite prostituição e códigos da conduta feminina em São Paulo (1890- 1930)* e Cristiane Shettine *E tenhas teu corpo Uma História Social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Estas obras trazem os aspectos sócio históricos do final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro e São Paulo, analisando as relações e interações entre as *prostitutas*.

Rago aponta para o teor a- histórico com que o tema vinha sendo abordado até a década de 1990. Ela faz a interpretação de fontes jornalísticas e literárias sobre o *tráfico das escravas brancas* em São Paulo e as relações que estabeleciam como prostitutas e como um *mal social necessário*. Já Shettine analisa as fontes jurídicas que abordaram os processos criminais envolvendo as prostitutas do Rio de Janeiro, chamando atenção para o primeiro caso em que uma prostituta utilizou o pedido de *habeas corpus*. Conduzindo os leitores a perceber como estas desempenhavam relações de resistência ao controle e vigilância de seus corpos. Ela ainda faz crítica ao trabalho de Rago, pois segundo ela, esta atribuiu em seu trabalho um caráter de

⁶ “RODRIGUES, Marlene Teixeira. “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” In: Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan/jun. 2009.

⁷ “Projeto de Lei n. 98/2003, apresentado pelo deputado federal Fernando Gabeira com vistas a reconhecer a prostituição como um serviço de natureza sexual” e a legislação trabalhista que tratou de inserir a atividade de profissionais do sexo como parte da Classificação Brasileira de Ocupações.” (RODRIGUES, 2009, p. 68)

⁸ “Art. 231. Promover ou facilitar a entrada no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Revogado pela Lei nº 13. 344, de 2016) (Vigência). CP- Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <Jusbrasil.com.br>

passividade das *escravas brancas*, que estariam à mercê das decisões dos *cafténs* e da arbitrariedade da polícia de costumes.

Em seguida trago um comparativo com o trabalho de teóricas que abordam o tema em sua contemporaneidade e as pautas que estão embasadas no putaativismo. Estes autores abordam o tema pós ditadura militar brasileira, reconhecendo a historicidade e as problemáticas singulares que estes sujeitos históricos estão inseridos. Ao analisarem o final da década de 1980 o movimento se tornou singular, pois neste período de redemocratização foi marcado pelo emergente movimento de cunho ativista das trabalhadoras sexuais. E nos aponta para importância de ativistas como Gabriela Leite e Lourdes Barreto para o movimento

putaativista. Termo cunhado por profissionais do sexo intelectualizadas que buscam a reapropriação do termo *puta*, inserindo-o em lógicas sugestivas politicamente.

Estas ativistas (como Gabriela e Lourdes) desempenharam uma atuação combativa a violência policial contra as trabalhadoras sexuais. Este termo foi forjado de modo a propor uma reapropriação da concepção acerca da prática. Ao se colocarem enquanto profissionais do sexo, trabalhadoras sexuais ou putaativistas. De forma a reconfigurar a conceituação da atividade, apresentando-o enquanto problemático; esta linha teórica putaativista funciona como um elemento combativo às imobilizações e silenciamentos que sofrem as trabalhadoras sexuais. Pois se posicionam de forma a defender a autonomia e a potencialidade política destas mulheres.

No segundo capítulo, *Uma Putapraça: Sociabilidade, trabalho, sexualidade e resistência* tive a intenção de fazer uma reflexão sobre as experiências das Madalenas, a partir das implicações formulados por três de suas integrantes Edileuza, Cristiane e China. Fiz uma análise comparativa dos discursos trazidos pelo portal digital do Jornal Gazeta de Alagoas com a fala das entrevistadas. Dentre as integrantes do grupo estas foram as que aceitaram ter seus verdadeiros nomes expostos no trabalho e suas narrativas gravadas, alegando que gostariam que todos que lessem a pesquisa soubessem que elas eram Madalenas. Algumas delas como uma das líderes Mara contribuíram de forma indireta, mas não me permitiram gravar suas falas.

Assim, estabeleceu-se uma valorização das narrativas pessoais, que nos ajudam a vislumbrar as dinâmicas imbricadas em suas experiências, em comparação com as narrativas jornalísticas (do Jornal Gazeta de Alagoas) acerca da *profissão* e de como o espaço da praça é percebido. O objetivo deste exercício flexivo é compreender como estas mulheres percebem este espaço, suas experiências e como fazem sua singular interpretação do mundo. De modo que estão descritos no diário de campo os aspectos percebidos nas comparações dos dias e dos horários no ambiente da praça, bem como alguns *nomes de guerra* que dinamizam suas relações cotidianas. Mas principalmente está incluso as impressões do registro acerca das *Madalenas* e as primeiras hipóteses que levaram à realização da pesquisa.

É interessante notar que algumas das hipóteses levantadas antes da realização das entrevistas, como a noite ser o horário que encontraria as prostitutas, foram desacreditadas no primeiro contato com elas. Pois o contato direto com as ativistas permitiu uma percepção do contexto da profissão de forma plural, permitindo um distanciamento dos determinismos discursivos que as descrevem em sua a-historicidade.

Não utilizei um questionário pronto, mas a partir de vários encontros, pude gravar conversas que me direcionaram aos pontos de leitura pertinentes para a pesquisa, e de certa forma trabalhar em suas potencialidades e disputas⁹. Considerado como um “ato” intencional e, ao mesmo tempo, “performático”, no sentido de construção dramática e contingente de significado. (PISCITELLI, 2002, p. 16). Em contraposição aos discursos que aparecem nas manchetes do portal digital do Jornal Gazeta de Alagoas que as associam a criminalidade e ao tráfico de drogas.

Neste sentido, a pesquisa caminhou para a construção de um discurso representativo destes grupos para que assim possam vir a ser reconhecidos como sujeitos históricos¹⁰ importantes que em seu exercício de rememoração e por se articularem em seu lugar de experiência, produção política/ cultural de seu lugar de

⁹ “A memória é mutante, é passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.” (ALBERTI, 2005, p. 167)

¹⁰ “A relação entre sujeitos demanda uma subjetividade que necessita ter por mediação o reconhecimento do outro como pertencente à espécie humana. (FERREIRA, 2004, p. 50)

fala; perceptíveis na elaboração de suas narrativas e reivindicações. Além de sua resignificação do espaço e de sua atuação ao longo da pesquisa enquanto *performance de subversão e resistência*.

A utilização da memória¹¹ como documento a ser problematizado tornou-se singular no sentido de que esta, nos ajuda a perceber quais dinâmicas socioculturais estão imbricadas nas narrativas das entrevistadas e quais correspondem ou possuem relação com o que é produzido discursivamente por outros que não por

elas. De forma a pluralizar as análises e o contexto sobre a atuação das Madalenas e sua relação com a Montepio. Sob este viés, reivindicamos esta ação transformadora que tem a *História Oral* para esboçar um exercício de *representação política* deste grupo, para compreendermos o que elas nos dizem e toda a sua potencialidade política em suas narrativas.

As narrativas singulares que me foram apresentadas, marcadas por experiências sociais e culturais entranhadas pelo estigma, traz uma percepção da prática enquanto trabalho, sendo este posicionamento um ponto de resistência aos processos discursivos que compõem a inteligibilidade acerca da *profissão*. Então trilhei por um viés duplo de comparação, entre o que me era dito pelas entrevistadas com aquilo que estava predisposto pelas manchetes do Jornal Gazeta de Alagoas de forma lúdica, embasado nas lógicas jurídicas e higienistas sobre as sexualidades consideradas *desviantes*.

Ao passarmos pelo planejamento de um projeto em *História Oral*, da escolha das entrevistadas, pela gravação das narrativas e a *transcrição*, e *interpretação* da transcrição evidenciamos os *valores semânticos literais do oral para o escrito*. E ao refletirmos acerca dos pontos de leitura que nos são problemáticos; o texto caminhou para uma dialogicidade em suas múltiplas possibilidades acerca do tema. As narrativas orais, apontaram para problemáticas como: *cultura do estupro*, *relações familiares*, *resistências*, *preconceitos*, *violências*, *a necessidade da criação do grupo*

¹¹ “A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória, é por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. [...]” (AMADO, 2006, p. 94)

ativista e sua relação com a regulamentação de sua profissão. Estes e outros temas compõem as narrativas de três trabalhadoras sexuais da praça Montepio dos Artistas.

Ao utilizar a História Oral se deve levar em consideração que se faça uma hermenêutica¹² da interpretação das *fontes orais*, em seus usos e em suas construções de sentido, a partir de sua relação com a *memória*. Em nossa pesquisa, a *memória*, enquanto um processo cognitivo de rememoração e esquecimento ou como a lembrança de um fato e suas representações do passado; nos auxilia na

formulação das problemáticas da pesquisa. Assim transcrevemos a narrativa gravada em sua significação literal¹³, nos permitindo estruturar as narrativas sob certo contexto.

Dessa forma se pretendeu criar um texto com uma representação que visa problematizar a complexa pluralidade em que não somente elas, mas todas as Madalenas estão inseridas. A partir destas narrativas, se discutiu no cap. 2 *Uma Putapraça: Sociabilidade, trabalho, sexualidade e resistência*, se dá a relação das narrativas gravadas aos discursos publicados no jornal *Gazeta de Alagoas*, nos anos de 2005, 2010, 2013, 2017 e 2019. A partir da busca pela palavra-chave Montepio dos Artistas se encontrou algumas manchetes acerca da prática em Maceió. E apesar de não encontrar nenhuma informação sobre as Madalenas em particular se pode perceber como os discursos presentes sugerem um silenciamento sobre as trabalhadoras sexuais. E suas reivindicações políticas nesse sentido, passaram a ter uma conotação de *resistência*.

No **Capítulo 03** *Um Putamovimento: As políticas de gênero e sexualidade das Madalenas de Maceió*, estão esboçados aspectos relevantes para a formação da pesquisa. O trocadilho uma *putahistória*, uma *putapraça* e um *putamovimento* corresponde a uma ressignificação do termo *puta* que é empregado *de forma*

¹² " Podemos dizer que a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermeneuta, de interpretação (ALBERTI, 2004, p. 18-19).

¹³ 15" Para *alguns teóricos*, "[...] transcrever é passar literalmente o que foi dito pelas narradoras para a grafia." (SEVERINO, 2004, p. 54).

*pejorativa*¹⁴ (como *filhos da puta, uma puta mansão, puta merda, puta que pariu*); provocando o/a leitor (a) a refletir sobre estes conceitos e sobre as pautas que estão sendo reivindicadas pelas Madalenas a partir de suas experiências. Se buscou desse modo, levantar problemáticas sobre como a profissão e suas reivindicações estão fundamentados em debates de feministas putas ativistas, sendo a praça Montepio um dos tantos¹⁵ *pontos de trabalho* que dinamizam a cidade de Maceió.

Utilizei a história oral como *metodologia* para a produção das fontes, percebendo como as Madalenas delimitam e compreendem suas noções do espaço, rejeição e diferenciação a outros pontos (Praia da Avenida por Exemplo E Linha do Trem). A partir de suas experiências e demarcações do local que cada uma poderia ocupar na praça, sendo considerados *lugares certos* onde os clientes iriam procurá-las; lá elas *ganhariam melhor*, e não seriam incomodadas pelas outras. Estas questões aparecem no Capítulo 02 *Uma Putapraça: Sociabilidade, trabalho, sexualidade e resistência* e em parte no Capítulo 3 *Um Putamovimento: As políticas de gênero e sexualidade das Madalenas de Maceió*. No final do terceiro capítulo é apresentado um material fotográfico disponibilizado por elas de seu acervo pessoal para uma melhor percepção dos personagens em seus aspectos de sociabilidade.

Em diálogo com a perspectiva *queer*¹⁶, por não aceitarmos as *produções e análises bem-comportadas de saber*. Estas problematizações serviram para as *interpretações* da narrativa das Madalenas. Assim, gênero¹⁷ enquanto uma categoria de análise e enfrentamento dessas forças *heteronormativas* (Scott 1995, Butler 2003,

¹⁴ “Pu-ta (origem controversa) substantivo feminino 1. [Tabuísmo] Mulher que se prostitui. = MERETRIX, PROSTITUTA, RAMEIRA 2. [Tabuísmo, depreciativo] Mulher que tem relações sexuais com muitos homens. puta que (o) pariu [Tabuísmo] Interjeição designativa de admiração, surpresa, espanto, indignação, etc. "puta". Disponível em < <https://dicionario.priberam.org/puta> > consultado em: 08-01-2020.

¹⁵ ” Os vários pontos de trabalho ao longo da cidade estão também imbricados em relações de gênero raça e classe, no sentido de que se diversificam mediante seu contexto econômico na formação de suas identidades subjetivas. Existem as chamadas bonecas de luxo que participam de website e uma pluralidade de identidades do que é ser trabalhadora sexual na cidade, que muda conforme o espaço de sociabilidade estudado. Mercado da

¹⁶ “LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação**. *Rev. Estud. Fem.* vol.9, n.2, 2001 pp.541-553

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3ª edição, Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2017.

¹⁷ “A palavra [gênero] indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual*. O termo *gênero* enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.” (SCOTT, 1988, p. 72)

Foucault 1999, Piscitelli 2002 e Prado 2016). Auxiliou na abordagem que percebe os corpos que se prostituem como corpos que resistem as *lógicas heteronormativas da sexualidade*. O termo *puta* e todo o seu teor violento exerce uma relação de sujeição que segrega as trabalhadoras sexuais silenciando-as. De forma que o presente texto trilha um caminho de reapropriação do termo, desnaturalizando suas conotações negativas, distanciando-nos de formulações homogêneas das identidades e se aproximando da categoria de análise putaativista.

De forma que os debates sobre o gênero¹⁸ aqui esboçados “surtem na necessidade de uma representação [que] serve como termo operacional no seio de

produção (centro da cidade), na praia da avenida, na avenida Pierre Chalita, na praça dos Palmares e dentre tantos outros espaços pertencentes aos seres abjetos” [grifo meu]

um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos”. (BUTLER, 2003, p. 18). Assim, procuramos nos distanciar de discursos que legitimem a inumanidade e as violências¹⁹ que estas mulheres estão imersas.

Ao resignificarmos a categoria puta a partir dos estudos de gênero e sexualidade buscamos criar mecanismos de enfrentamento às forças *heteronormativas*²². Ao notarmos como estas mulheres estão se articulando politicamente e desenvolvendo mecanismos de representação de suas reivindicações. Neste sentido, devemos combater as *forças discursivas* que negam o teor definidor de *pessoa* a esses grupos, impedindo-as não somente de terem seus direitos assegurados, mas também reconfigurando a marca das segregações que fundam os estigmas sociais de suas experiências.

¹⁸ “As normas regulatórias do *sexo* trabalham de forma performática para instituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente a diferença sexual a serviço de um imperativo sexual. (LOURO, 2013 p. 154).

¹⁹ “O princípio da não-violência coloca-nos a possibilidade de respeitar e preservar as diferenças. Este princípio coloca a possibilidade de reconhecimento do outro como um ser que pertence à espécie humana. (FERREIRA, 2004, p. 52).

²²

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (FOUCAULT, 2013, p. 117).

A metodologia fundamental para essa reconfiguração foi a História Oral, partindo de perspectivas de análise trazidas por Alessandro Portelli na obra *Ensaio de História Oral* (2010) e em alguns momentos por Verena Alberti em sua obra *Ouvir Contar textos em História Oral*. De modo que tentei problematizar as relações de poder presentes na oralidade das entrevistadas, buscando evidenciar a potencialidade política e representativa do grupo ativista. Assim, a pesquisa com história oral me permitiu uma mudança no eixo de análise e reflexão sobre o tema abordado, sendo as narrativas das entrevistadas a *fonte* base para a abordagem deste trabalho.

Portelli nos instiga em sua obra *Ensaio de História Oral* (2010) a refletir sobre a utilização da história oral enquanto uma pesquisa feita de modo interdisciplinar (pela História, Literatura, Antropologia, Linguística, etc.). Um campo teórico onde o pesquisador (a) se torne o eixo interpretativo de certo contexto, sendo

responsável por interpretar e analisar as narrativas, as problematizando em seus singulares processos históricos e culturais.

Em seu texto faz crítica a uma tradição historiográfica que lida com as fontes orais sob o mesmo parâmetro epistemológico das fontes escritas, de modo a inserir um “modelo padrão de análise de documentos”. Sua reflexão gira em torno de um longo debate técnico/metodológico do que seria a “estrutura gráfica gerada pelo transcritor e que confere ao texto a aparente objetividade de um documento”. Esse ponto é deveras problemático, no sentido de que esta percepção tradicionalista do que seria o documento histórico (enquanto fato e/ ou verdade absoluta incontestável) comunga com um viés eurocentrado/ hétero/branco/monogâmico de escrita histórica. Que por muito tempo anulou a potencialidade política da oralidade daqueles sujeitos considerados “sem história”. Essa tradição historiográfica é criticada por Portelli ao longo do texto e em particular no cap. 3 desta obra, a forma oral da lei: o processo “7 de abril” e a história. Neste capítulo ele faz crítica a toda esta tradição historiográfica e equipara às fontes orais aos métodos inquisitoriais e jurídicos.

Para ele a *memória* é um “processo múltiplo de produção gradual de significados” (PORTELLI, 2010, p. 72). E nos sugere que a memória, se modificaria mediante o desenvolvimento da pesquisa e do contato com o interlocutor e/ou pelas

condições do ambiente. De modo que este processo, seria resultado de uma produção narrativa gradual e progressiva; e alvo de constante disputas. Isto que chamamos memória perpassa vários processos sócio-histórico (culturais) de inteligibilidade que lhes atribui determinado valor.

A memória considerada oficial por muito tempo teceu um contexto histórico para estas as mulheres as caracterizando sob uma perspectiva unilateral da violência e da vulnerabilidade. De todo modo, se faz necessário considerar as fontes orais em sua pluralidade de análise e em particular da força política que possui a história oral feita com trabalhadoras sexuais. Assim levando em consideração diversos sujeitos históricos que até então permaneciam invisibilizados e/ou imobilizados politicamente. Ao perceber em suas vulnerabilidades suas estratégias de resistência e subversão, estamos nos distanciando de engessamentos discursivos que estão atrelados a diversos estigmas que compõem a representação destes grupos de forma simplista.

A caracterização de cunho político que a história oral permite aos grupos de minorias, desempenhou um papel crucial na realização desta monografia. Pois foi trilhado uma análise de forma plural, levando em consideração a potencialidade política presente na memória/ experiência singular destas mulheres. Dessa forma, elas passam a reivindicar ao longo da narração de suas experiências, uma reação poderosa aos determinismos sociais que as acompanham.

Um dos pontos de problemática possível graças a utilização da oralidade na pesquisa, é justamente partir da interpretação das próprias entrevistadas sobre si mesmas. Dessa forma, parti da análise das trabalhadoras sexuais da Montepio dos Artistas acerca da prática da *prostituição* enquanto uma ocupação trabalhista que necessita de visibilidade social para garantir seus direitos trabalhistas e civis. Buscando um distanciamento de determinações e relações de poder que as imobilizam política/culturalmente e de suas respectivas violências e segregações.

Nesse sentido, passei a me aproximar na feitura da pesquisa das singularidades e experiências trazidas pelas Madalenas de modo a adotar conceitos que fundamentam seus posicionamentos ativistas. A recusa em fazer uma análise que as coloque enquanto personas fadadas à criminalidade e marginalidade é um destes pontos de reflexão. Bem como a não utilização de termos como “prostituta” ou

“prostituição”, duramente criticados pelas putaativistas como conceitos que as degradam socialmente.

As relações de poder acerca da memória (política) estão em constante disputas, sendo dessa forma um elemento de indução dos discursos moralizantes acerca da sexualidade feminina e de um processo de inteligibilidade que associa à prática da “prostituição” como algo condenável, sujo e imoral. O imaginário social acerca do trabalho destas mulheres determina como estas estariam mais suscetíveis às doenças sexualmente transmissíveis. Ou ainda, que estariam inertes em sua passividade contra as explorações sofridas (pelo cafetão), sendo necessário resgatá-las. Estas relações, punitivas e salvacionistas são mecanismos interpretativos que imobilizam e silenciam a potencialidade política das trabalhadoras sexuais e suas respectivas resistências.

Sob este viés busquei me distanciar de determinismos e morfologias muito bem comportadas acerca do tema. Bem como das naturalizações e superficialidades trazidas pelo imaginário social sobre as mulheres que atuam enquanto trabalhadoras sexuais. Segui as pautas trazidas por elas, de modo a considerar suas reivindicações trabalhistas de reconhecimento da profissão, além de sua pertinente atuação enquanto sujeitos históricos pertinentes dignos de respeito.

Considero este trabalho como não somente mais um estudo sobre *prostituição*, mas sim uma pesquisa qualitativa, feita a partir do posicionamento e perspectiva destas mulheres trabalhadoras sexuais. Sendo até mesmo a utilização deste termo (trabalhadoras sexuais) uma escolha provocativa ao leitor para se repensar os conceitos e segregações que estas mulheres enfrentam cotidianamente. Buscando reconhecer a importância destas mulheres para o entendimento do contexto socio-cultural do centro maceioense, ao levar em consideração sua atuação política/ativista das quais estão inseridas.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do qual faço parte desde de 2018, foi de suma importância para as concepções trazidas ao longo desse trabalho. O grupo foi crucial, pois serviu como catalisador de ideias e debates acerca do tema. De modo que a partir das leituras e discussões dos textos predispostos, pude construir uma análise que visa a

desnaturalização dos discursos acerca da sexualidade e do gênero; trilhando uma perspectiva deveras problemática do tema da “*prostituição*”.

As leituras feitas ao longo de dois anos no GEPHGS, principalmente os trabalhos de Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro (e tantos outros); auxiliaram numa concepção e construção de um texto de cunho combativo aos discursos e relações de poder que imobilizam e violentam as minorias políticas das mulheres, negros e LGBTQI +. De forma a construir um trabalho que reconhece as estratégias de resistência e subversão utilizadas por estes personagens históricos de forma singular e sua importância histórica.

Sob este viés, os trabalhos desenvolvidos sob uma perspectiva feminista/putaativista foram essenciais para a realização desta pesquisa, por serem trilhados a partir de posicionamentos em prol dos direitos civis e trabalhistas reivindicados pelas profissionais do sexo. De forma a concordar com o posicionamento de autores como Adriana Piscitelli, Monique Prada, Amara Moira, Cláudia Fonseca e Flávio Lenz. Pois nos trazem uma perspectiva que converge com as pautas das putaativistas, trazendo uma perspectiva da subversão do papel social feminino e da concepção da *heterossexualidade compulsória dos corpos*, sendo este algo *não natural*, mas sim *naturalizado socialmente*.

Ao frequentar o espaço caracterizado pelas Madalenas como seu local de trabalho, e ver o movimento putaativista que elas desempenham pude perceber estes aspectos. Assim mantive durante este tempo um caderno de campo descritivo das situações e cenas que mais me eram significativas do cotidiano destas mulheres. Percebendo sua atuação e suas estratégias de resistência a todas as experiências que elas estabeleciam enquanto violentas.

Ao longo da realização das entrevistas muitas foram as dificuldades para a realização da pesquisa, dentre elas a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, que impossibilitou que eu continuasse meu estudo de campo de forma direta. As vulnerabilidades sociais marcadas pelas violências das ruas e a precariedade que estas mulheres enfrentam em seu cotidiano aumentaram (pude constatar mesmo as acompanhando remotamente) de forma considerável neste período. As desigualdades sociais pautadas em marcadores interseccionais de raça, gênero e sexualidade se

tornaram ainda mais visíveis devido à crise sanitária que assolou o mundo. Estabelecendo uma relação social muito mais precária e violenta com as ditas minorias políticas; as lógicas da *necropolítica* são ainda mais cruéis para aqueles que pertencem ao *submundo*, associados a sujeira e a doenças.

CAPÍTULO 1. UMA *PUTA*HISTÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E PROSTITUIÇÃO NA HISTORIOGRAFIA.

Neste capítulo abordo os debates trazidos pela linha teórica acerca do tema da *prostituição*, que vai desde os trabalhos do período republicano e seus contextos históricos singulares, até os autores que abordam o tema em sua contemporaneidade. De modo que esboço os pontos de leitura e interpretação que foram trilhados ao longo da pesquisa e a bibliografia utilizada para a concepção da *prostituição* como resistência a *heteronorma*.

Utilizei inicialmente a tese de Margareth Rago e sua análise acerca dos códigos morais de vigilância da sexualidade feminina em São Paulo na virada do século XX, voltando-me para a problematização da perspectiva e de uma compreensão dos mitos que definem a *prostituição* como a “profissão mais antiga do mundo”. Bem como elucidar ao longo deste texto, o efeito que estas naturalizações surtiram no imaginário social do período republicano.

A tese de Margareth Rago “*Os prazeres da noite prostituição e códigos da conduta feminina em São Paulo (1890- 1930)*”, escrita em 1990, discorre acerca dos códigos morais que determinam o comportamento feminino no final do século XIX e no início do século XX. A autora apresenta uma análise embasada no cruzamento de fontes impressas e literárias, elucidando as mudanças socioculturais que articulavam as grandes casas e bordéis de luxo paulistano. Este trabalho nos ajuda a perceber as construções discursivas que dinamizavam o imaginário social acerca da prática da

prostituição, bem como seus mecanismos de identificação e segregação dos espaços de sociabilidade pelas *prostitutas* paulistas do período.

Em seu texto, Rago nos traz um debate historiográfico de produções e estudos voltados para o tema da *prostituição* do final da década de 1980, que iam desde de uma perspectiva *regulamentarista*, até um viés *abolicionista*. De modo a evidenciar com estes debates os aspectos e elementos da composição social do “mundo do prazer” que segundo ela, foram substituídos progressivamente por políticas intervencionistas representada pela vigilância constante das identidades desviantes e da atuação da polícia de costumes. A autora considera dessa forma, a criação de práticas de controle policial e sanitárias como elementos utilizados nas campanhas de repressão e controle das *prostitutas* em São Paulo.

A autora em sua tese chama a atenção para a historicidade que perpassa o *tráfico das escravas brancas* vindas de vários lugares da Europa em relação as propostas de *regulamentarismo*²⁰ e *abolicionismo*²¹ das *prostitutas*. Fazendo referência as mudanças socioculturais que articulavam as grandes casas e bordéis de luxo do centro paulista, e aludindo acerca das estratégias de poder que tentavam imobilizar os corpos sociais femininos no período. De forma que ela “consider[a] necessário questionar uma leitura que transforma a prostituição em objeto natural, invariante trans-histórico que poderia ser observado em todas as épocas e sociedades, como se sugere no senso comum com a expressão *a profissão mais antiga do mundo*” (RAGO, 1990, p. 21).

Nesse sentido, o teor a-histórico ou trans-histórico elucidado por Margareth Rago, se apresenta de suma importância para os estudos sobre sexualidade feminina, enquanto eixo teórico central para que possamos fazer uma análise de forma qualitativa sobre estas estratégias políticas de poder. Rago faz crítica em seu trabalho, a todo um fazer historiográfico do início da década de 1980 que não abordavam este aspecto, como por exemplo os trabalhos de Alain Corbin em *Les Filiiés de Noce*.

²⁰ “ O historiador registra a emergência de práticas disciplinadoras e a produção de saberes científicos sobre o cotidiano da prostituição, que acabam informando a criação do sistema regulamentarista de controle do amor venal pelo Estado.” (RAGO, 1990, p. 15)

²¹ A luta dos abolicionistas em defesa das *prostitutas* (Walkowitz Judith- Prostitution and Victorian Society. Women, class and the state, 1980) contra a polícia de costumes e as campanhas sanitárias estatais, resulta num aumento de repressão sobre as próprias *prostitutas*.” (RAGO, 1990, p. 19-20)

Misere sexuelle et prostitution au XIX Siècle (1978) e Walkowitz Judith- *Prostitution and Victorian Society. Women, class and the state* (1980). Obras que segundo as críticas apontadas pela autora, abordam o tema da *prostituição* sem se preocupar com sua historicidade. De forma que estes pensadores “voltam-se para análises do pensamento das elites sobre a prostituição e das práticas disciplinares que aquela fundamenta” (RAGO, 1990, p. 20). A autora enveredou por caminhos diferentes daqueles que eram trilhados, e buscou se posicionar sob uma perspectiva da história da *prostituição* “sem, contudo, deixar de lado os trabalhos existentes”.

Ao longo de sua tese, a autora faz pertinente o uso de conceitos como, *mundo do prazer, mundo do crime, mundo da prostituição e geografia do prazer*, sugerindo um sentido que me parece obscuro para estas delimitações ligadas à prática. Pois para Rago a prática da *prostituição* estaria de certo modo interligada às práticas sexuais insubmissas e à criminalidade, sendo esta permeada de uma exotividade e inteligibilidade que não seriam possíveis na vida matrimonial. Desse modo, sugere ao leitor que existem práticas sexuais que somente são permissíveis e aceitas nesse “território do desejo” em oposição ao que seria aceito com a norma.

No mundo do prazer e do crime” vivem-se possibilidades de perda da identidade na relação sexual, de desterritorialização subjetiva, ao inverterm-se papéis e dramatizarem-se situações, abrindo-se espaços a manifestação de “pulsões irreprímíveis”, que não podem se realizar na relação conjugal normatizada. (RAGO, 1990, p.26)

Ao repensar estes espaços sociais em sua historicidade a partir de suas complexas redes de sociabilidade (uma análise inovadora na época), ela utiliza dos discursos jornalísticos que punem as *prostitutas* para fazer sua análise. Estes termos elucidam limites do *desejo* e uma territorialidade da sexualidade feminina consideradas pela autora como *insubmissa*. De modo que sugere uma aproximação com aquilo que a própria Rago busca criticar, que seriam justamente as distinções existentes entre aquelas consideradas *mulheres de bem* e as *prostitutas*. Nos fazendo questionar em certo momento se nas relações conjugais não existiriam lógicas e dramatizações que fugissem a essas regras e limites sociais impostos de uma sexualidade bem comportada e reprodutiva. Em contrapartida, este aspecto trazido por ela acaba por fundamentar aquilo em que faz a crítica, pois ao estabelecer as

delimitações do *território do desejo*, acaba por utilizar discursos e representações que condenam as sexualidades desviantes ao *submundo*.

Estes *territórios do desejo* como nos aponta a autora, enquanto resistência aos códigos normativos do papel social feminino são múltiplos e difusos. De modo que aquilo que Rago considera como a *cultura do submundo*²², ou o jogo de representações destinados a satisfazer os desejos do outro, podem ser encarados

enquanto *performances de resistência aos códigos heteronormativos*. Estes vão além das relações estabelecidas entre as *escravas brancas* e seus cafténs, sendo este termo (*escrava*) deveras problemático, pois nos sugere de certo modo uma relação de não permissividade ou passividade por parte destas mulheres. Este seria um outro aspecto sugestivo, no sentido que faz o leitor associar a prática da *prostituição* ao tráfico de mulheres e a exploração sexual. De forma que vários aspectos de representação política destas acaba por ser descaracterizado pelo termo.

Dessa maneira estes pontos de análise linguísticos trazidos em sua tese se tornam problemáticos no sentido de que nos sugerem uma reafirmação dos discursos jurídicos e higienistas que ela critica em seu trabalho. Como por exemplo associar à prática da prostituição com o *mundo do crime*, de certo modo imobiliza uma pluralidade de experiências vivenciadas por estas mulheres, as associando a atos delinquentes ou a vitimismos. Sob este viés, me parece que o *tráfico das brancas*²³ não distingue o tráfico de pessoas e a exploração sexual da prática da *prostituição*. Já que mesmo afirmando que muitas vieram por “livre iniciativa”, ela pondera como muitas foram “recrutadas de vilas pobres da Europa Oriental e Central”. Estas colocações de não visibilidade da potencialidade política destas mulheres, as resumem em

²² “Isto implica a mudança no visual- realçar as formas físicas, tingir os cabelos, encurtar e decotar as roupas, acentuar a maquiagem, incorporar novos gestos e o vocabulário da “zona”, adotar apelidos, que a tornam uma pessoa independente e sem vínculos familiares expressos no sobrenome, ao menos no instante em que personifica Mimi, Lulu, Rennée, Jeannette, Nenê, até aprender o jogo das representações a que é destinada para satisfazer o desejo do outro.” (RAGO, 1990, p. 26)

²³ “[...] O tráfico das brancas. Nos bastidores da imigração, grandes contingentes de mulheres, prostitutas ou não, foram traficadas para os mercados da Argentina e Brasil para serem comercializadas nos prostíbulos locais. Gangs organizadas de cafténs franceses, polacos, portugueses ou de outras nacionalidades, encarregaram-se de garantir uma alta rotatividade nos bordéis da América do Sul com prostitutas estrangeiras, na grande maioria muito jovens.” (RAGO, 1990, p. 33)

vulnerabilidades em relação ao caftén, e não priorizam as (re)configurações e performances identitárias das mesmas enquanto resistências.

A autora discorre sobre “as singularidades e positivities do tema da prostituição”, percebida por este viés enquanto “possibilidades de perda da identidade na relação sexual, de desterritorialização subjetiva, ao inverterm-se papéis e dramatizarem-se situações, abrindo-se espaços a manifestação de “pulsões irreprimíveis”, que não podem se realizar na relação conjugal normatizada.” (RAGO, 1990 p.26) O que sugere uma exotividade das sexualidades consideradas *desviantes* e de lógicas ligadas a prática que somente seriam possíveis no território do “prazer e do crime”. Este aspecto do trabalho de Rago acaba por convergir com aquilo que a autora faz crítica, que seriam as determinações das teses

jurídicas²⁴/médicas do início do século XX. De forma que em seu texto ela lida com o tema de forma a associar as dinâmicas em que estas mulheres estavam imersas a contextos ligados ao crime e a exploração sexual.

O trabalho de Cristiana Schettinni *E tenhas teu corpo uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas da República*, por sua vez, aponta para como a prostituição no período²⁵ era vista como uma “necessidade social”. Um recurso que evitaria a sodomia e evitaria outras práticas consideradas transgressoras aos olhos de oficiais e comandantes.” (SCHETTINNI, 2006, p.45) E de como as *prostitutas* passaram a desenvolver mecanismos de resistência a violência e repressão pelo Estado, ela faz sua análise a partir do primeiro pedido de *Habeas Corpus por uma prostituta*. Seu texto se aproxima do de Rago ao traçar um “território *do desejo*” que somente seria possível neste espaço do submundo. Mas se afasta de suas colocações quando chama a atenção para a forma com que a atuação destas mulheres foi significativa e entranhado de mecanismos de resistência. Nesse sentido, Schettinni nos revela que os “casos que correspondem à narrativa clássica

²⁴ ” Sem dúvida, o contra a natureza era marcado por uma abominação particular. [...] as proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica.” (FOUCAULT, 2013, p. 45)

²⁵ ” Sobretudo a partir do século XIX, é garantida e relançada pelos inumeráveis lucros econômicos que, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia, vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e essa majoração do poder que a controla.” (FOUCAULT, 2013, p. 56)

de engano e vitimização de mulheres europeias são uma minoria entre os processos criminais de lenocínio pesquisados” (SHCETTINNI, 2006, p. 106). E faz uma crítica a dimensão daquilo que Rago chama de “desterritorialização”, de modo que encara os processos em prol da regulamentação da prostituição como uma das causas mais importantes do “tráfico”.

Concordo em certos momentos com Shcettinni, no sentido de como ela coloca que as *prostitutas* não seriam apenas vítimas à mercê das decisões dos cafténs. De modo que estas desenvolviam mecanismos de disputas de poder em suas relações. “A maioria das mulheres traficadas já exerciam a atividade na Europa antes de emigrarem para outros continentes.” (SHCETTINNI, 2006, p.107). Entretanto, não podemos negar que estas relações não seriam preenchidas por violências e/ ou envoltas em questões de classe que as impeliam às mais diversas vulnerabilidades. De forma não podemos desconsiderar os aspectos de resistência

presentes em suas relações com o caftén e com as donas das pensões e casas de tolerância.

A tese de Rago e seu conceito de *desterritorialização*, enquanto um processo de *subjetivação do desejo*, demonstra que os mesmos dispositivos binários que a autora critica foram utilizados ao longo de sua tese para fundamentar o que ela chama de “integração na cultura do submundo”. Pois para a autora existiria uma *inversão dos papéis no jogo das representações* para satisfazer o desejo do outro. Esta inversão sugere de certo modo, um distanciamento exótico das relações conjugais, mais do que uma ruptura com os códigos morais vigentes.

A prostituição foi vivenciada como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar da desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo. Configurou-se, portanto, como espaço onde puderam emergir outros modos de funcionamento desejante- anárquicos, microscópicos, diferenciados- mais do que como lugar de transgressão do interdito sexual.” (RAGO, 1990, p. 26).

Assim, o que Rago coloca como as relações entre as *prostitutas*, os cafténs e as donas das casas de tolerância converge com as perspectivas e parâmetros de uma *heterossexualidade compulsória*. No sentido de que o que ela define enquanto sexualidade *submissa do espaço do submundo* sugere uma vulnerabilidade e passividade destas mulheres que está fundamentado nestas relações “em face de um

poder que é lei, o sujeito que é construído como sujeito- que é sujeitado- e aquele que obedece” (FOUCAULT, 2013, p. 95). Esta imersão de *novos territórios do desejo* remetem um teor vitimista e passivo destas mulheres, de modo que estas estariam contrárias ao amor romântico e à mercê da presença e atuação masculina do caftén²⁶. Pois se, ”lá onde existe poder há resistência e, no entanto, (ou melhor por isto mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2013, p. 105); estas sexualidades estariam desempenhando articulações e inteligibilidades de resistência aos discursos de um sexo higienista/reprodutor difundido no período republicano.

Dessa forma, a relação proposta por Rago em sua análise sobre o cotidiano das *escravas brancas*, percebidas pelo viés da violência e exploração, deve ser percebida em toda uma complexa dimensão sociocultural, que no período permitiu que estas mulheres desenvolvessem mecanismos de resistência aos códigos morais vigentes. Ao virem para o Brasil, estas europeias pobres passaram a atuar enquanto elementos subversivos da repressão e do controle da sexualidade feminina, condenada ao espaço privado do matrimônio. “Elas [as correlações de poder] não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontas de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.” (FOUCAULT, 2013, p. 106)

Ao nos posicionarmos sob a perspectiva de *gênero como uma categoria de análise*, notamos como estas relações de poder das quais nos fala Foucault, estão imersas em discursos políticos de um binarismo determinista que sob este viés percebe a *prostituição* como vitimismo ou como vulnerabilidade. Estabelecer uma relação em que as europeias vindas para o Brasil seriam “escravas” traficadas, sendo estas pertencentes a certo território do desejo “insubmisso”, estabelece um limite discursivo que é latente em sua análise, em particular nas concepções acerca da

²⁶ “Mesmo sendo caracterizada como uma figura extremamente nômade, e os textos médicos são exemplares para construir esta representação, a prostituta não sofre um processo de desterritorialização subjetiva absoluta, como sugere Perlongher. Ela é recapturada perversamente nas finas teias da relação com o cafetão, com a proprietária do bordel, ou por sua própria paixão obsessiva pelo gigolô, principal ponto de referência de sua vida.” (RAGO, 1990, p. 27)

sexualidade feminina encaradas como tabus permeado de exotocidades. Assim ao “insistir sempre nas diferenças fixadas [...] as feministas reforçam o tipo de pensamentos que desejam combater” (SCOTT, 1990, p. 84)

Nesse sentido a análise feita acerca do *tráfico de escravas brancas* se posiciona num viés analítico deveras problemático pois nos sugere uma abordagem que não conseguiu escapar das lógicas se propõe subverter. Ao permitir que as potências políticas de resistência das prostitutas continuem na invisibilidade, se acabou por construir um discurso que compactua com a distinção entre as mulheres, entre aquelas que são *putas* das que são honestas representadas pela persona da mãe ou esposa.

Desta forma, optou-se por trilhar um debate teórico contemporâneo levantado por Flávio Lenz (2015), Ana Marina Barbará (2007) e Monique Prada (2016), para que possamos perceber a prática da *prostituição* na contemporaneidade como uma prática de subversão às lógicas heteronormativas dais quais nos falam Michel Foucault (2013), Judith Butler (2003) e Piscitelli (2002). As normas *regulatórias do sexo* estão atreladas às ideias de trabalho²⁷, de modo que aquelas que a exercem tornam-se verdadeiros “desclassificados sociais”, à margem da sociedade; sendo associados ao não-trabalho. Em oposição as ações do ‘movimento de *prostitutas* no Brasil [que] operam no sentido de reforçar a identificação da *prostituição* como um trabalho”. (BARBARÁ, 2007, p. 14)

Uma das problemáticas que seguimos sob o viés teórico contemporâneo é justamente a desnaturalização de conceitos como *prostituta ou prostituição*, que são termos pejorativos ao se referirem às trabalhadoras sexuais. De modo que estes autores trazem críticas aos trabalhos que trazem em seus discursos forças veladas em sua *significação* que são de cunho moralizante e higienista. De forma que “para parte considerável dos movimentos sociais, prostituição remete diretamente a ideias como exploração sexual infantil, cárcere privado, estupro pago e tráfico de pessoas (MOIRA, 2016, p. 12 APUD: PRADA, 2016, p. 12). Correspondendo também de forma

²⁷ ” [...] O sexo é reprimido com tanto vigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho [...]”. (FOUCAULT, 2013, p. 12)

lúdica na forma com que as trabalhadoras sexuais foram invisibilizadas nas manchetes do jornal *Gazeta de Alagoas* em 2005, exemplificado no Capítulo 02 deste trabalho.

Amara Moira e Monique Prada acionam no texto *Baderna Putafeminista* uma perspectiva “feminista descolonial”, nos apontando para perspectivas voltadas para os “direitos das trabalhadoras sexuais” e de como estas são percebidas pelas demais “correntes do pensamento feminista” (MOIRA, 2016, p. 18). Sendo necessário segundo elas uma forma de falar delas mesmas e de convidar as palavras com as quais se identifiquem para “assumir significações que contestem narrativas engessadas e violentas (MOIRA, 2016, p. 13)”. Assim, este texto busca ressaltar como esta corrente de intelectuais visam (re) apropriar “a sua própria marginalidade, na qual a afirmação identitária se torna uma arma política” (HELENE, 2017, p.9).

Sob esta ótica percebemos como os discursos que fundamentam as políticas identitárias dos corpos femininos reverberam nas reivindicações das trabalhadoras sexuais. Sendo estas fundamentadas na “identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e

impede ou nega outras identificações (LOURO, 2013, p.155).” De modo que a feminilidade que não seja doméstica e passiva e que não são aceitas em nossa sociedade que pune as sexualidades desviantes. Assim a prática das trabalhadoras sexuais aparece associada a uma “ameaça a ordem burguesa contrária a este estereótipo de subordinação ou inferioridade feminina” (BARBARÁ, 2007, p. 15).

Percebe-se a importância em enveredarmos por uma abordagem que visa se distanciar de posicionamentos que discriminam e violentam as trabalhadoras sexuais. Problematizando a forma como são representadas, ou como “vítimas²⁸, da exploração sexual, do machismo, do capitalismo; [ou] como degenerados e vagabundas (LENZ, 2015, p. 1)”. Podemos perceber vários mecanismos de resistência, sendo uma delas o reconhecimento de sua profissão em toda a sua performance identitária singular. Desde o final da década de 1980, perspectivas acerca do tema foram repensadas na direção de compreender a cidadania como uma noção relacionada ao exercício de

²⁸ ” Prostitutas aqui- e poderíamos facilmente aplicar a ideia a outros grupos sociais- não são vítimas, nem objetos passivos de um discurso de poder, nem simples engrenagens de um dispositivo, nem chaves para compreender universos normativos em torno da sexualidade feminina.” (SCHETTINI, 2006, p. 15)

direitos civis, econômicos, políticos e sociais (LENZ, 2015, p. 3). Não podemos reduzir os estudos sobre *prostituição* por vieses em que elas aparecem ou como marginais ou ainda sob uma representação exótica enquanto pobres vítimas passíveis de redenção.

Os debates de gênero²⁹ voltados para o tema da *prostituição* nos permitem visualizar como as opressões e os estigmas que representam a *categoria puta*, corresponde ao domínio e controle corpo dito feminino. Neste sentido, faz-se necessário adotarmos uma postura *política pós-identitária* que vai de encontro ao *binarismo biologizante* que classifica os *corpos femininos em identidades homogêneas*. Os debates aqui esboçados, surgem na necessidade de “uma representação [que] serve como termo operacional no seio de um processo político

que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos.” (BUTLER, 2003, p. 18).

Discursos e os poderes que criam o inumano³⁰ (corpos abjetos), delimita e sustém todo um campo discursivo, que coloca as sexualidades monogâmicas e heterossexuais como legítimas e excluem e violentam às demais identidades sexuais. Estes aspectos nos fazem perceber em contrapartida, toda uma rede de relações de poder que estabelece uma noção de feminilidade aceita em nossa sociedade; sendo esta, ligada a um perfil associado ao feminino que aprisiona ao espaço privado as mulheres *cisgêneros*.

Lembre-se ainda, que o modelo do corpo saudável, construído pelos higienistas do século passado em oposição ao corpo flácido e, portanto, física, moral e socialmente doente foi difundido com tal êxito que, hoje, constitui a

²⁹ “ Donna Haraway, bióloga e historiadora da ciência, expressa uma posição particularmente crítica em relação ao conceito de gênero, embora seja ambivalente no que se refere ao seu uso. A autora inscreve-se na linha de pensadoras – basicamente epistemólogas – que realizam uma crítica incisiva à construção do conhecimento ocidental. Seus questionamentos, centrados particularmente na noção de *objetividade*, discutem os pressupostos subjacentes à construção desse conhecimento. No quadro dessa discussão, Haraway aponta um problema central que considera inerente aos conceitos de gênero: os conceitos remeteriam, necessariamente, a uma distinção com o sexo na qual nem o sexo, nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro deste par, seriam historicizados e relativizados.” (PISCITELLI, 2002, p. 13)

³⁰ “A mulher passa a ser produzida mediante as estratégias jurídicas, cristãs e sociais do discurso como um ser inumano, abjeto. Para Butler, viver no domínio da abjeção é como habitar aquelas zonas inóspitas e ‘inabitáveis’ da vida social, que são não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER 2007, p. 155 APUD: RAMOS 2012 p. 58)

base dos padrões estéticos que definem não apenas a beleza feminina, mas também a masculina. (ENGEL, 1989, p. 15)

As lógicas estabelecidas pelo contrato de casamento, não somente seu trabalho, mas seu corpo, submetem as mulheres a figura do esposo. Ao reconhecermos que o tema da prostituição³¹ não é a-histórico³², como bem observou Margareth Rago. Levamos em consideração toda uma pauta de reivindicações que são contemporaneamente pensadas na tentativa de romper com o estigma e com a violência³³.

As narrativas utilizadas na presente monografia, serviram enquanto viés direcionador para os elementos que se pretende analisar sobre a praça. Assim reconhecemos a complexidade presente nos indícios ao longo da pesquisa, e nos pontos de leitura que me permitiu criar uma reflexão sobre o contexto e experiência

singular do grupo putaativista as Madalenas. Problematizando a construção da memória oficial sobre elas e abordando sua formatação enquanto eixo de análise para um exercício reflexivo sobre as trabalhadoras sexuais da Montepio. Bem como problematizar as produções que não conseguem apartar-se de análises endossadas no estigma que demoniza a existência humana destas pessoas; e acabam desarticulando suas narrativas políticas.

As putas feministas³⁴ sob este viés, surgem como um movimento de trabalhadoras sexuais intelectualizadas que se unem pelo combate a segregação e violência sofridos. Pois a crítica que estas pensadoras fazem é de como em algumas teorias feministas (principalmente as feministas radicais) estão entranhadas de

³¹ “Há um confinamento da prática a determinados locais até os dias atuais que reproduz o discurso sanitarista de que tal prática é suja e contamina as relações sociais das outras pessoas tidas como comuns.” (PEREIRA, 2014 p. 323)

³² “As prostitutas e uma atitude que não difere muito de pesquisadores que tomando a prostituição como objeto natural invariante trans-histórico imaginam que o mesmo fenômeno poderia ser observado em todas as épocas e sociedades como sugere a expressão a profissão mais antiga do mundo. (FONSECA, 1996, p. 9)

³³ “[...] pressupomos que as lembranças da violência, ou melhor, de uma socialização mediada pela violência, atuaram na constituição de indivíduos para os quais a violência não é algo anormal e perigoso que deva temer e evitar. (SEVERINO, 2004, p.44)

³⁴ “[...] O *putafeminismo* pode ser descrito [...] como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonhar dele.” (PRADA, 2016, p.37)

discursos que segundo Monique Prada “querem retirar a fonte de renda das trabalhadoras do sexo”. Este movimento possui uma articulação plural, com até mesmo, grupos que possuem conservadorismos entranhados em seus discursos, principalmente aqueles que defendem um papel social³⁵ feminino que determina que nós sejamos mães, donas de casa e esposas. De modo que, “a palavra gênero indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como, *sexo* ou *diferença sexual*. Sendo o termo gênero igualmente um termo relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p.72)

Este texto visa, portanto, aproximar-se daquilo que Guacira Lopes Louro³⁶ nos coloca, uma mudança de foco nas estratégias de análise, produzir sob outras leituras e subverter estes discursos que legitimam estes espaços em nossa sociedade. Percebemos no estigma representado pelo termo prostituta enquanto um mecanismo de controle ³⁷social dos corpos⁴¹ femininos⁴². E nas normas regulatórias

do sexo como,” uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.” (LOURO, 2013, p. 154). Nesse sentido, leva-se em consideração como estas identificações concebem a categoria puta sob o viés do estigma, de modo que:

O estigma *puta* seria um mecanismo geral de controle social relacionado ao gênero feminino, que serve como instrumento, ao alcance de qualquer um para realizar um ataque contra as mulheres. É por essa razão que, a luta de uma mulher por ser valorizada, ou mesmo por sua sobrevivência e dignidade, requer que ela acione constantemente mecanismos para afastarse da imagem negativa da puta. (HELENE, 2017 p.5)

Estas mulheres buscam outros significantes, se distanciando de explicações e generalizações redutivas de suas identidades. Passam a exercer com seus corpos e

³⁵ “O Contrato [sexual] cria o direito político dos homens aos corpos das mulheres. O contrato Original cria [...] seguindo Adrienne Rich, de” “lei do direito sexual masculino.” (PATEMAN, 1993, p. 16).

³⁶ LOURO, Guacira Lopes et. alli. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. Autêntica: São Paulo, 2013.

³⁷ “De meados do século XIX em diante, com a intensificação do processo de desagregação do escravismo, inicia-se a construção de uma nova ética do trabalho, em que o mesmo passa a ser pensado como algo essencial ao homem, no sentido de enriquecê-lo e dignificá-lo, conferindo-lhes status de cidadão, em oposição ao não-trabalho.” [...] Associado à escravidão, o não-trabalho seria, portanto, contraditoriamente utilizado como fator de desqualificação.” (BARBARÁ, 2007, p. 17)

sua profissão uma postura combativa, que visa ultrapassar os estigmas que as perseguem. Suas condutas por ferirem as lógicas sociais que determinam a maternidade, a família e a monogamia (heterossexual) se consolidam em conotações e atribuições negativas⁴³ da categoria puta. No sentido de que, “[...] O Estigma “puta” é uma função normativa (TABET, 2004, p. 33-38) e controla a todas as mulheres (CABIRIA, 2004 p. 108) em função da construção da imagem depreciativa da puta: sua função é servir como exemplo de punição.” (HELENE, 2017, p. 5).

⁴¹ “O corpo se sustenta enquanto um suporte de signos e um comunicador de experiências, contendo em si a noção de pessoa. [...] “O corpo não é tido por simples suporte de identidade e papéis sociais, mas sim como instrumento, atividade, que articula significações sociais e cosmológicas; o corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (SEEGER, 1987, P.20). Para tal, estudar essa “fabricação” do corpo da mulher é entender a sua construção enquanto pessoa“. (SGANZELLA, 2011 p.75/76)

⁴² “O corpo está mergulhado num” “campo político”, a partir do qual ele passa a ser investido por relações de poder e de dominação; o que significa considerar que é o corpo como força de trabalho que passa a ser objeto de intervenção. Ou seja, este investimento político no corpo está ligado aos seus usos econômicos de forma a indicar que sua utilização como força de trabalho só é possível se ele estiver referido a um sistema de sujeição. Assim que é o corpo só se torna força útil se for ao mesmo tempo “corpo produtivo” e “corpo submisso”. (BARBARÁ, 2007, p. 11)

⁴³“Dolores Juliano, antropóloga argentina, fala sobre o estigma como fator essencial para a manutenção do sistema: a função de ser esposa e mãe em nossa sociedade é tão pouco atraente que o único modo de convencer as mulheres de que é uma boa escolha ser esposa seja persuadi-las de que a outra possibilidade é bem pior”. (PRADA, 2016, p.65) “O corpo está mergulhado num campo político, a partir do qual ele passa a ser investido por relações de poder e de dominação; o que significa considerar que é o corpo como força de trabalho que passa a ser objeto de intervenção. Ou seja, este investimento político no corpo está ligado aos seus usos econômicos de forma a indicar que sua utilização como força de trabalho só é possível se ele estiver referido a um sistema de sujeição. Assim que é o corpo só se torna força útil se for ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.” (BARBARÁ, 2007, p. 11).

Ao encararmos a sexualidade como algo não-natural³⁸, mas sim, como efeito de vários processos históricos e de relações de poder, percebemos como estas, sujeitam os indivíduos a uma [cis] *heteronormatividade*. Segundo Monique Prada “o estigma tem sido uma das estratégias mais eficazes de dominação patriarcal; para que mantenha sua eficácia, é preciso deslegitimar a palavra das putas que não se parecem com a puta imaginada³⁹ (PRADA, 2016 p.35). Desse modo, busca-se

³⁸ “[...] Os pesquisadores que tomando a prostituição como objeto natural invariante trans históricos imaginam que o mesmo fenômeno poderia ser observado em todas as épocas e sociedades sugere a expressão a profissão mais antiga do mundo.” (FONSECA, 1996, p.9)

“[...] Essa atividade permanece, nas crenças populares como a profissão mais antiga do mundo”, processo de naturalização que contradiz sua historicidade.” (SEVERINO, 2004, p. 26)

³⁹ “Melissa Gira grant, “Playing the whore” [...] criou o conceito de puta imaginada, para se referir a essa imagem estereotipada da prostituta: aquela que [...] nunca uma como as outras. Essa imagem acaba sendo usada para

desenvolver uma análise que (re) aproprie a categoria puta, positivando-a; assim contribuindo em suas articulações políticas de representatividade e seus complexos componentes de resistência às normas jurídicas/ morais vigentes.

Judith Butler nos diz como a sociedade constrói e regula as normas sociais e de como o *sexo dos sujeitos se materializam* a partir de *normas regulatórias* repetidas constantemente; fundadas sob lógicas de legitimação e exclusão que nos são naturalizadas. Para ela:

Os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. [...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, 2010, p. 19)

Estas colocações da autora, nos fazem perceber as relações que envolvem a sexualidade em sua complexidade enquanto efeito de instituições, práticas e discursos cujos *pontos de origem são múltiplos e difusos*. Nos aponta para a produção de sujeitos jurídicos e suas lógicas de *exclusão e legitimação* das identidades. Colocando a “construção política do sujeito [que] procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão”, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. As trabalhadoras sexuais em toda percepção

jurídica/normativa da qual fazem parte, mostram-se construídas sob lógicas e valores de uma socialização marcada pela violência advindas de relações de poder.

A instituição família constitui diversas problemáticas, que acreditamos que seja o cerne da dominação feminina, nos deixando claro em contrapartida, que este é o ponto de transgressão das trabalhadoras sexuais. Sendo este condizente com ‘atribuições e/ou interpelações que alimentam o campo discursivo de poder que orchestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como “humano”.’ (LOURO, 2013, p. 161).

manter as mulheres, as outras mulheres, todas as mulheres, na linha: não haja como uma puta se não quiser parecer uma puta. (PRADA, 2016, p. 35)

Temas proibitivos como estes, verdadeiros tabus acadêmicos/ social, somente com o processo de redemocratização no Brasil, e pelas lutas pioneiras de Gabriela Leite; passaram a ganhar uma certa visibilidade em suas problemáticas. Caracterizando uma necessidade em se produzir um fazer acadêmico representativo destes sujeitos, o que possibilitou que estes e outros temas (de certo modo, polêmicos) pudessem ser abordados.

De forma que, apesar dos movimentos democráticos que surgem na década de 1990 e o boom⁴⁰ tecnológico no Brasil “que buscam resgatar a dignidade e os direitos das mulheres que exercem a prostituição” (RODRIGUES, 2009, p. 70). A criminalização da prática da prostituição gera um problema, pois ao negar o status de pessoa civil, cria-se um movimento que impele essas pessoas a margem social.

Percebe-se sob este viés, como são atribuídas conotações negativas para todas as mulheres que corresponderem ao estereótipo da *puta* e muitos aspectos socioculturais que foram consolidados de forma depreciativa em torno da prática, principalmente aqueles que colocavam as *prostitutas* como um *mal social* (tese difundida no século XX). E das interpretações científicas que camuflam as segregações e violências veladas na utilização de termos como *prostituta*.

Reconhecemos como estas lógicas jurídicas, do qual fala Foucault, atuam no “domínio do poder sobre o sexo efetuando através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito” (FOUCAULT, 2013, p. 94). Enquanto mecanismo discursivos de controle da sexualidade feminina, de forma a vigiar e punir principalmente aquelas que correspondem ao perfil das *desonestas*.

Nosso sistema judiciário possui mecanismos de disciplinarização que imobiliza os corpos em favor de categorias punitivas, sendo estes, formas ineficazes de proteger as mulheres contra a desigualdade de gênero, pois inserem uma distinção entre honestas e desonestas, oferecendo uma resposta jurídica distinta e desigual conforme a correspondência ou não dos padrões sociais vigentes.” (RODRIGUES, 2016, p. 99)

⁴⁰ “[...] a prostituição ocupou novos espaços, antes inviáveis, por meio da utilização de recursos tecnológicos, tais como a internet e o telefone celular. Estes recursos, aliados à indústria cultural, contribuem para a incitação ao consumo como forma de satisfação pessoal, banalizando dessa forma a violência. (SEVERINO, 2004, p. 14)

A partir de leituras sobre o tema (ainda tabu) da prostituição⁴¹, e de seus respectivos dilemas na contemporaneidade, se buscou inicialmente destacar quais aspectos desse aporte teórico refletiam a experiência de vida das trabalhadoras sexuais na praça Montepio dos Artistas em Maceió (2019). Sendo significativo a forma com que estas mulheres estão se articulando politicamente na luta por seus direitos civis, aliando-se a sindicatos e organizações em prol de suas pautas. Correspondendo ao perfil disposto pelas teóricas putafeministas que consideram o corpo enquanto mecanismo de resistência, estas mulheres passam a desempenhar uma atuação política significativa, reinventando e ressignificando o espaço da praça enquanto seu espaço de atuação sindical e trabalhista.

Desse modo, a pesquisa busca elucidar os mecanismos de resistência a essa *heteronorma*, percebidos na narrativa das trabalhadoras sexuais da praça Montepio dos Artistas (Maceió, Al). Sendo um deles a reapropriação da “marginalidade de seus corpos como arma política de afirmação identitária” (HELENE, 2017, p.1). Já que estas estão desenvolvendo articulações políticas em prol de seus direitos civis, e exigem que sejam reconhecidas enquanto pessoas humanas.⁴⁸

Os debates de gênero voltados para o tema da prostituição permitiram pensar a atuação das Madalenas sob a perspectiva da teoria Queer. No sentido de que “pensar Queer significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem comportadas de conhecimento e de identidades” (LOURO, 2013, p. 49). De modo que se faz necessário adotar uma postura *política pós-identitária* que vai de encontro ao *binarismo biologizante* que classifica os *corpos em femininos em*

identidades homogêneas. Bem como, propor uma” mudança no foco e nas estratégias de análise, trata-se de outra perspectiva epistemológica que está voltada, como nos diz Seidman, para a cultura, para as estruturas linguísticas ou discursivas e para seus contextos institucionais.” (LOURO, 2013, p. 47)

⁴¹ “[Se discute sobre] a possibilidade de [substituir] a palavra prostituição por trabalho sexual como forma de forçar a sociedade a reconhecer que somos pessoas.” (MOIRA, 2016, p.12 APUD: PRADA, 2016, p. 12) ⁴⁸ “Lutamos por nosso direito de existir sem estigma e sem violência, por nosso direito de criar nossos filhos e filhas em segurança, por nosso direito de ocupar espaços para além das esquinas reais e simbólicas nas quais temos sido historicamente segregadas.” (PRADA, 2016, p. 72)

Os debates aqui esboçados, encaram os discursos e os poderes que criam o inumano⁴⁹ (corpos abjetos), enquanto mecanismos que delimitam e todo um campo discursivo que coloca as sexualidades monogâmicas e heterossexuais como legítimas e excluem e violentam às demais identidades sexuais. Estes aspectos nos fazem perceber em contrapartida, toda uma rede de relações sociais que estabelece uma noção de feminilidade aceita em nossa ocidentalidade. Sendo esta, ligada a um perfil associado ao feminino, que aprisiona ao espaço privado as mulheres cisgêneros.

As lógicas estabelecidas pelo *contrato de casamento*, não somente seu *trabalho*, mas seu *corpo*⁴², submetem-se a figura do esposo. Ao reconhecermos, em concordância com Margareth Rago que o tema da *prostituição*⁵¹ não é a-histórico⁴³, levamos em consideração toda uma pauta de reivindicações que são contemporaneamente pensadas na tentativa de romper com o estigma e com a violência.⁴⁴ De maneira a romper com determinadas crenças que afirma a imutabilidade das necessidades biológicas do homem e, pior ainda, que atribui uma

⁴⁹“A mulher passa a ser produzida mediante as estratégias jurídicas, cristãs e sociais do discurso como um ser inumano, abjeto. Para Butler, viver no domínio da abjeção é como habitar aquelas zonas inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2007, p. 155 APUD: RAMOS, 2012, p. 58)

dimensão perversa à sexualidade feminina como parte constitutiva de sua própria essência original” (RAGO, 1990, p. 22)

⁴² “Lembre-se ainda, que o modelo do corpo saudável, construído pelos higienistas do século passado-em oposição ao corpo flácido e, portanto, física, moral e socialmente doente-foi difundido com tal êxito que, hoje, constitui a base dos padrões estéticos que definem não apenas a beleza feminina, mas também a masculina. (ENGEL, 1989, p. 15) ⁵¹ “Há um confinamento da prática a determinados locais até os dias atuais que reproduz o discurso sanitário de que tal prática é suja e contamina as relações sociais das outras pessoas tidas como comuns.” (PEREIRA, 2014, p. 323)

⁴³ “As prostitutas e uma atitude que não difere muito de pesquisadores que tomando a prostituição como objeto natural invariante trans-histórico imaginam que o mesmo fenômeno poderia ser observado em todas as épocas e sociedades como sugere a expressão a profissão mais antiga do mundo. (FONSECA, 1996, p. 9)

⁴⁴ “[...] pressupomos que as lembranças da violência, ou melhor, de uma socialização mediada pela violência, atuaram na constituição de indivíduos para os quais a violência não é algo anormal e perigoso que deva temer e evitar. (SEVERINO, 2004, p.44)

Percebe-se como estas caracterizações entre o que seria a *mulher honesta* da *desonesta* (mulher pública) é algo que persiste⁴⁵ nas relações de dominação dos corpos femininos e no imaginário social. De todo modo, estas mulheres subvertem esta dominação, no sentido de que nos fala China, que *voltou* para vida, para vida de *prostituição*, não permanecendo no espaço da *vida privada*. Estes discursos naturalizaram estas lógicas, pois estas transgredem o espaço privado e a força de trabalho representada *pela dona de casa*. As trabalhadoras sexuais, sob este viés, são percebidas como a mercê deste poder masculino e sua atuação no mundo público (*pois elas não seriam de ninguém, podendo assim ser de qualquer um*). Estas relações, apesar de resignificarem-se com o tempo, possuem características (do século XX) que acabaram por consolidar de certa forma, os estigmas sociais que colocavam as prostitutas como um *perigo social*.

⁴⁵ “Margareth Rago no século XX sobre o “fogo interno”, na fase da vida pré-matrimonial, em que os impulsos [de uma “masculinidade viril”] libidinais eram muito mais prementes do que os das futuras esposas. (RAGO, 1990, p.27)

CAP. 2 UMA PUTAPRAÇA: SOCIABILIDADE, TRABALHO, SEXUALIDADE E RESISTÊNCIA

O presente capítulo tem como objetivo apontar para as narrativas trazidas pelo grupo ativista Madalenas acerca de sua atuação profissional na Montepio dos Artistas em Maceió. De forma a problematizar de forma comparativa os discursos jornalísticos encontrados no Jornal Gazeta de Alagoas sobre o tema da *prostituição*. De modo que busquei trazer uma reflexão/análise dos aspectos trazidos pelas entrevistadas em relação aquilo que foi possível encontrar no diário eletrônico do Jornal Gazeta de Alagoas.

Três integrantes do grupo se propuseram a falar comigo, estas foram Edileuza, uma mulher de estatura mediana, corpo robusto dos quarenta anos. Mesmo não sabendo ler nem escrever nada além de seu nome atua como militante das trabalhadoras sexuais da Montepio. Foi uma das primeiras a concordar a ceder uma entrevista, por reconhecer a importância de uma maior visibilidade para a causa das Madalenas. Ela me foi apresentada por China (que foi quem me levou a conhecer o restante do grupo) e sua entrevista foi feita no coreto que fica no centro da praça, ao ar livre.

Cristiane, que também tem quarenta anos de idade, trabalha na praça a mais de 10 anos e vê a presença de pesquisadores na área com desconfiança. inicialmente se recusou a ter sua narrativa gravada, alegando ter receio da forma com que as Madalenas seriam representadas na pesquisa. Mas depois de várias idas e vindas, ela se propôs a dar seu *depoimento*. Dizendo ser um pedido de ajuda para ela e para suas companheiras de profissão, sua narrativa agrega um tom de súplica. Ao longo de nossa entrevista me pareceu que em alguns trechos, sua perspectiva reforçava os discursos de legitimação da violência e de vitimismo em torno da profissão, sendo para ela algo vergonhoso e justificável o estigma sofrido. Sua entrevista foi gravada também no ambiente da praça e aparece com uma conotação salvacionista exposto em seu forte desejo em ser *salva desta vida*.

E China que é considerada pelas demais integrante do grupo como uma das líderes, sendo uma das mais antigas a trabalhar no local. Possui quarenta e dois anos,

semi analfabeta é de longe a mais engajada na luta pelos direitos das Madalenas. Entende que ela e suas companheiras em suas causas necessitam de maior visibilidade pelo Estado e atua como mediadora entre as Madalenas e seus *colaboradores*. Demonstra ter um posicionamento político de forma apaixonada e veemente, e nos leva a querer a todo custo ajudá-las. Sua entrevista foi dividida em dois momentos, um primeiro encontro num local mais reservado (num dos hotéis onde ela recebe seus clientes) onde me falou suas experiências mais traumáticas de violência sofrida na praça. E um outro encontro no coreto da praça com as demais integrantes do grupo.

Considerei as reivindicações trazidas pelas narradoras enquanto lógicas de inteligibilidade e de estratégias de resistência às imposições sociais ao corpo feminino. De modo a problematizar concepções que as colocam enquanto pessoas em situação de vulnerabilidade, sempre relacionadas ao coitadismo e ao vitimismo, portanto passíveis de serem *resgatadas*, busquei refletir acerca dos aspectos sociais latentes em suas falas.

Assim, iniciei minha busca num horário que presumi ser o horário em que as profissionais do sexo trabalhavam, à noite⁴⁶. Eram umas 18: 00, mas as luzes dos postes já estavam acessas em contraste com uma fraca luz do pôr do sol, que dava um ar solitário para a praça. Para minha surpresa não havia uma viva alma, a não ser um manobrista de carros de um dos muitos estacionamentos daquela área. Então ele me apontou do outro lado da rua uma mulher discretamente encostada em um dos carros falando ao telefone (era China). Ao me aproximar ela me olhou um pouco desconfiada, mas quando me apresentei como sendo da Universidade Federal de Alagoas e do curso de História ela me abriu um largo sorriso.

Me contou como aquele horário as meninas já tinham ido embora, pois o expediente começava de manhã cedo. A partir deste dia, China passou a ser uma das *entrevistadas* da pesquisa em companhia de mais duas colegas sua, me apresentou as demais integrantes das Madalenas e me permitiu adentrar em seu cotidiano de forma a conseguir a confiança delas a partir dos encontros posteriores.

Me aconselhou os melhores horários (depois do almoço quando as meninas estão

⁴⁶ No final da tarde do dia 29 de abril de 2019.

descansando) para não chegar muito tarde por que se não, não iria encontrar ninguém. Ela mesma só estava até aquela hora por que estava esperando um cliente, então somente trocamos os números de telefone neste dia.

De modo que fui pouco a pouco sendo permitida de circular nos espaços do grupo, hora com certa desconfiança, hora com certa proteção (me senti cuidada por China em relação às explicações que ela dava as meninas sobre a minha presença). Como por exemplo, o fato de eu ser da Universidade e de *como pessoa estudada* poderia *escrever a história delas*. O que me chamou a atenção foi de como o tempo todo de nossa conversa, estava sendo comentado o vínculo com a Universidade e de como isto implicaria pontos positivos para *as Madalenas*. Refletindo no modo como elas passaram a me ver, não somente como mais uma transeunte do cotidiano da praça, mas como alguém capaz de escrever a *história* delas.

É interessante perceber como as dinâmicas da praça Montepio são particulares, no sentido de que por estar localizada no centro da cidade que flui viva durante o dia, a noite torna-se um verdadeiro deserto⁵⁶. Este é um dos aspectos que mais me chamou atenção, no sentido de que no imaginário social prevalece uma configuração daquilo que Margareth Rago chama de “submundo”, que está associado ao mistério e o breu da noite, onde as *perversões* e *devassidões* são possíveis, e que de certo modo fazia parte da minha concepção inicial sobre o tema.

Muitas de suas colegas não demoravam em seus *pontos*, olhando com desconfiança para meu caderno de campo aberto no colo. Mas China disse pra não ligar por que elas eram assim mesmo, a desconfiança *era da natureza delas*. E não raro, paravam para observar o que estava sendo falado pelas demais (Mara, Patrícia, Edileusa, Suelen e Cristiane colegas de China), não demorando-se muito depois de minha explicação do porquê eu estava fazendo aquela pesquisa com as meninas da Montepio e não com outras já que *trabalhadoras sexuais é o que mais se tem por aí*.

Segui o que me foi aconselhado e fui na parte da manhã no meio da semana. Encontrei como que um outro lugar, *vivo*; circulando diversos tipos de pessoas, e

⁵⁶“Projeto de requalificação do centro de Maceió 2001.”

com diversas mulheres sentadas nas calçadas e no coreto que ficam no centro da praça. Avistei China, que me acenou convidando-me a me juntar ao grupo e fiquei com elas até pouco depois das 14 horas, optando por seguir a disposição delas nos temas que estávamos falando. Que iam desde os relacionamentos com os clientes, até a forma com que elas criavam seus filhos e netos, as violências que sofriam, etc.

Em meu estudo de campo, comparei os aspectos observados durante o dia na parte da manhã, chegando lá às 13:00 horas. Como a tarde as calçadas ficam ao sol, as mulheres que ficam nestes pontos juntam-se na pouca sombra do coreto (no centro da praça), monitorando ao longe seus respectivos pontos e os possíveis clientes que passam a sua procura. Assim pude observar também que apesar de ser pouco mais das doze horas, muitas delas não haviam almoçado. Elas esperam chegar às quinze horas para irem a alguns restaurantes do centro, que não vendendo toda a sua comida acabam por doá-la. Caso consigam um cliente antes deste horário, conseguem o valor equivalente ao almoço, caso não, esperam (in) pacientemente a hora de irem se alimentar. Esperam seus clientes para garantir o dinheiro do almoço (estratégias parecidas são feitas, podendo ser percebidos por todas (elas chamam de “Manguear”).

O cotidiano da praça é marcado pela dinâmica do comércio central de Maceió, inseridas em fluxos de lojas e pessoas que de dia enchem as ruas, e ao cair da noite levam embora os clientes [e] das *Madalenas*. Todas elas me falaram sobre os pontos, estes se espalham pela praça, sendo-lhes atribuídos significados e delimitações que são respeitados por todas elas.

Para Cristiane, acredito que a praça possui um significado dual, no sentido de que ao mesmo tempo que este serve enquanto um local para o seu ganha pão, ela não reconhece sua prática enquanto um trabalho. Desse modo, em sua fala vários pontos divergem dos posicionamentos colocados por China que a todo momento tenta estabelecer uma conexão entre trabalho e direitos civis ao trabalho sexual. Para ela somente Deus tem o poder de tirá-la dessa vida, de forma que utilizou argumentos que se fundamentam em naturalizações acerca de sua atuação. Ela estabeleceu o trabalho sexual como última necessidade a ser recorrida, e a todo momento conceituou sua atuação na praça enquanto um não trabalho, estando à mercê de Deus para sair da praça e arranjar o que ela considera verdadeiramente um trabalho.

Eu queria muito que aparecesse uma pessoa e me desse um trabalho, não importava se de limpeza, serviços gerais essas coisas. [...] Todas estamos no mesmo barco sofrendo. Precisando de ajuda, de um trabalho, de uma pessoa que ajude a gente assim em qualquer coisa. [...] estou aqui a hora que vocês quiserem ajudar a gente, vir conversar. [...] eu trabalho por necessidade, por que se eu ficar em casa eu não como, eu não pago aluguel, tem vezes que atrasa tudo é a maior dificuldade. Mas Deus sempre abre uma porta, por que também somos filhas dele. E é assim a luta da gente no dia a dia. (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020)

Cristiane relaciona a saída do *mundo* da prostituição ao que lhes manda Deus, pois necessita, de uma intervenção divina para 'sair dessa vida'. Recorre a uma narrativa que considera a prática da prostituição como atrelada ao *submundo* e que somente "Deus não abriu uma porta ainda, mas eu creio que ele vai abrir e vai me tirar dessa vida. Eu tenho fé em servir ao senhor Jesus" (depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020). Sua narrativa singular retira o status de profissão do trabalho sexual a partir de toda uma complexa rede de sentido percebida por ela em suas experiências violentas. Articulando seu discurso à preposição de que as profissionais do sexo estão imersas num outro mundo, de violência e marginalidade. Em oposição ao que se acredita ser o perfil correto de família a ser conquistada e seguida para se ter o respeito da sociedade.

[...] A gente também tem coração né? Tem coisa que é horrível, é horrível porque é uma coisa que a gente não tá fazendo por espontânea vontade. A gente tá fazendo por necessidade, vender o nosso corpo por miséria isso aí é horrível. Mas é a única forma que a gente tá tendo pra chegar com dinheiro em casa pra ajudar nossos filhos, tá entendendo? Aí fica difícil pra gente. Eu não queria fazer isso né? Ainda faço por necessidade. Mas sei que é muito ruim, é horrível, eu vou ficar velha que nem eu já tô ficando, mas eu nunca vou me acostumar nessa vida. Aí diz, porque não vai trabalhar? Mas se tivesse era bom, já fiz de tudo pra trabalhar, mas não consegui. [...] (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020)

Apesar da atuação política das Madalenas na praça ser relevante, os discursos que Cristiana utiliza para explicar sua profissão está recheado de impressões e conceitos que funcionam como mecanismos de violência e estigma da prática. Em sua narrativa, muitos dos pontos colocados por ela, concordam com os discursos salvacionistas acerca do tema. No sentido de que no momento em que se coloca como passível de ser resgatada devido a sua situação financeira ser instável, ela acaba por não reconhecer sua função como um trabalho. Nem tão pouco considera os discursos putaativistas como discursos de legitimação para a presença e atuação das Madalenas no local.

Dessa forma, ao longo das entrevistas muito do que se deseja combater no senso comum com o putaativismo, como a não associação do trabalho sexual a uma profissão e a concepção de que as trabalhadoras sexuais deveriam ser resgatadas pelo Estado surgem pela própria entrevistada.

Ninguém se incomoda de ajudar a gente em nada, e ver se resgata a gente para dar um trabalho. A gente precisa muito que a gente somos mães de família, trabalha aqui não porque gosta, por necessidade, de botar um pão na mesa dos nossos filhos porque nós não temos renda. Eu mesmo não tenho bolsa família, não tenho renda nenhuma, minha renda é me prostituir pra comprar alimento, um remédio que eu precisar, alguma roupa pra mim, porque eu não tenho trabalho, não tenho nada, a minha vida é assim. (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020)

Este trecho do depoimento de Cristiane elucida de forma clara estas concepções e atribuições do trabalho sexual como algo negativo. Ela articula como justificativas para a sua atuação questões como, já que “está ali não porque gosta”, mas sim porque *precisa, sendo ainda uma mãe de família*. Neste trecho podemos notar os determinismos de gênero presentes em sua fala, no sentido de que para que suas reivindicações sejam atendidas, ela busca elucidar os aspectos que caracterizam uma “mulher honesta”, somos “*mães de família*”. Estas naturalizações estão presentes no imaginário social quando o tema ainda tabu da *prostituição* é mencionado, de modo que se subentende uma caracterização de vítima (ou criminosa) à mercê de um resgate (seja de Deus, seja do Estado) e que seriam tratadas de forma diferente se estas correspondessem ao perfil das recatadas donas de casa.

A narrativa escolhida pelas entrevistadas nestes encontros sugere uma necessidade de explicar as experiências e os traumas, enquanto razões para estar naquela vida. “É interessante a noção da *prostituição* como um mundo com portas. Era recorrente ouvir das mulheres a utilização de verbos como “entrar” e “sair” como se a prostituição fosse um universo paralelo aos outros.” (SGANZELLA, 2011, p. 25).

A fala de China por exemplo, está recheada de reafirmações de seu lugar da não-alfabetização, pois só sabe assinar o nome graças aos filhos que diferente dela tinham frequentado a escola. Estes também eram os mesmos motivos que segundo

ela permitiram que ela fosse estuprada. Pois se ela tivesse um pai e uma mãe⁴⁷ por ela, não teria ido parar na rua no *mundo das drogas* ou no *mundo da prostituição*.

Nossa conversa foi gravada numa pequena pousada onde ela atende alguns de seus clientes, também próximo à praça. Neste ambiente mais reservado ela me narrou os detalhes das violências que sofreu na pré-adolescência, se emocionando diversas vezes ao longo de sua fala⁴⁸. Este foi um momento de empatia com a narradora e suas experiências, momento também em tom de confiança/ desabafo de quem a muito queria dizer-se. Nossa primeira conversa girou em torno dessa questão traumática, envolvendo a violência sexual na primeira noite em que foi morar na rua. Abusada por dois homens na madrugada, foi encontrada ensanguentada e desacordada em um local próximo ao centro. Este seria um dos fatores que para ela determinou que compunham sua adolescência e sua *profissão*.

Me falou sobre sua construção enquanto *mulher* como “chegou nesse corpo”, remetendo à uma trajetória que foi seguida, um caminho para se chegar ao que representa a identidade de um corpo dito feminino destituído do amor romântico. Segundo ela, foi de sua escolha adentrar no *mundo da prostituição* ao mesmo tempo que designa culpas (seja à morte da família, seja a não alfabetização); *escolheu* viver esta vida.

O cotidiano das Madalenas está marcado com a violência, este é um ponto conflituoso para a entrevistada, que a todo momento remete para a situação do trauma como pertinente para sua feitura como *mulher*⁵⁹ (sou uma mulher assim). Este *mundo* que está sendo falado é o *mundo da prostituição*, o *mundo das drogas* (o submundo que situa suas vivências e no contexto da praça), mundo de resistência em que ela

⁴⁷ “O desemprego desproporcionalmente alto entre as pessoas de cor também torna as mulheres de cor que sofrem agressão menos aptas a receber o apoio de amigos e familiares para refúgios temporários.” (CRENSHAW, 1991, p.29)

⁴⁸ “Há uma polissemia de sentidos que o documento oral engendra: expressões faciais, gestos, timbre e tonalidade de voz, formas de respiração, regularidade das pausas, etc.” (FERREIRA, 2004, p. 86)

⁵⁹

“Envolvem o sexo como um controle reprodutivo feminino, as quais guardam seu corpo e sustentam sua moralidade, reforçando o estigma. Assim, o estudo da prostituição não pode se eximir de refletir sobre a dualidade sexo/gênero como produtores de relações sociais centrais. (SGANZELLA, 2011, p. 86)

precisa lutar para sair, mas que além de tudo necessita de uma redenção para sair, por que *somente Deus pode tirá-la desta vida*. Mesmo em

sua luta constante, ela consagra o poder de saída da profissão a Deus, pois ela é uma Madalena.

Uso do termo mulher prostituta, no mesmo sentido de Fonseca (1996) pelo seu efeito político ao anexar a categoria “mulher” ao termo “prostituta”, enfatizando que a prostituição está contida em diversos contextos que formam a identidade social da mulher, como a maternidade, os estudos e as relações afetivas. Isso mostra que a prostituição não é uma identidade totalizante, mas sim parte de um constructo completo que envolve o “tornarse mulher”. (SGANZELLA, 2011, p. 10)

Discordo que o tornar-se mulher nesse sentido, corresponda necessariamente ao corpo (biológico) dito feminino, mas a todos os arquétipos socio culturais que inserem uma lógica performativa nos sujeitos. Estas seriam *mulheres* a partir de uma relação binária com as identidades masculinas, que só concebem enquanto verdadeiramente mulheres somente aquelas que estão confinadas ao espaço da vida privada, ao seio familiar monogâmico e heterossexual. O *tornar-se prostituta* sob este viés está ligado a sexualidades e performances do que seria feminino e de como estas subvertem a norma do “ser mulher”. Estas resistências acontecem interligadas a contextos sociais de violência e subjugação, mas que de todo modo não as inibe terem suas singulares afetividades e desenvolverem mecanismos próprios de inteligibilidade daquilo que é considerado mulher em nossa sociedade.

Ela recorre a rememoração⁶⁰ em sua construção traumática, agregando em sua interpretação subjetiva, os significados e importância para que possamos entender o valor experiencial do cotidiano das Madalenas proposto por ela. É a vida de realidade, não é conversa não, foi uma realidade que aconteceu. (Depoimento China, 04 de junho de 2019). Importante também é a forma com que a religião está presente em sua narrativa, sempre dando graças a Deus, este talvez seja um dos pontos de conexão mais íntimos com a escolha do nome *as Madalenas* para o grupo, tal qual aquela que foi redimida. Para ela a praça se tornou um local em que pode desenvolver sua profissão *sem ser incomodada por outras trabalhadoras sexuais de outros pontos ou por ninguém*. Está na praça desde que perdeu seus pais aos 12 anos, idade marcada pelo *estupro* e pela violência. Sobre isso disse:

Minha mocidade eu perdi quando fui estuprada por dois homens, isso que me dói muito de falar é essa parte que me dói, e fui abusada pelos dois lados. [...] Não tem gente jovem que dar por amor? Eu fui estuprada por

60

“A metodologia de história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, continuamente negociadas. [...] (ALBERTI, 2004, p. 27)

dois homens, os dois abusaram comigo, os dois, não foi só um, dos dois lados. E foi ali que eu apaguei, eles fizeram de tudo comigo. Eu toda arrebatada, sagrando e tudo e aquilo ali foi me revoltei eu fui crescendo assim, até hoje sou uma mulher assim.” (Depoimento China, 04 de novembro de 2019)

A cultura do estupro sob este viés, deve ser levada em consideração ao abordar o tema, no sentido de que os marcadores como o de *raça* e de *classe* aparecem enquanto fatores problemáticos, que contribuiriam para que estas mulheres sejam violentadas. A *vulnerabilidade* que as ruas trazem, principalmente para as mulheres negras, indica como estas estão mais propensas a sofrerem violências. Segundo Kimberlé Crenshaw “estão menos propensas a relatar seus estupros, a probabilidade de seus casos não serem levados a julgamento é maior, e menor a probabilidade de que seus julgamentos resultem em condenações” (CRENSHAW, 1991 p. 35 APUD: COLLINS, 1990 p. 178-179). Nos levando a perceber como a *vida social* destas mulheres está permeada por representações e situações de violência, que de *maneira estrutural (e interseccional) estão presentes nas relações de raça e classe*.

Nesse sentido, uma responsabilidade recai sobre estas personagens, por não se esforçarem a sair *desta vida*. Estariam passíveis de serem violentadas por não atuarem enquanto agentes de manutenção da honra da família e dos costumes tradicionais daquilo considerado *papel feminino*. E o estupro e a violência sob este viés, funcionam enquanto mecanismos de controle e subordinação destas mulheres que “se desviaram” de suas condutas socionormativas e do espaço da vida privada.

Quando *raça* e *classe* são examinadas no contexto do estupro, a interseccionalidade pode ser usada para mapear as maneiras como o racismo e o patriarcado tem estruturado os conceitos de estupro [...]. O uso do combate ao estupro para legitimar as forças de controle e disciplina sobre a comunidade Negra é uma prática bastante instituída.” (CRENSHAW, 1991, p. 54-55)

Assim, concepções como as de que a atividade das Madalenas seria a noite, em conformidade com senso comum acerca da profissão, estaria ligado a dinâmicas que legitimam a dicotomia mulher boa vs mulher má. Sendo esta última caracterizada

como alguém que se deixou seduzir/violentar por ter uma vida sexual ativa e por estar à mercê das lógicas do *submundo noturno*. Estas lógicas se tornam ainda mais violentas segundo a autora, se tratando das mulheres negras, pois o “uso do estupro [funciona] como um empenho legítimo para controlar e disciplinar a comunidade negra [...] é uma ferramenta importante de controle social em um sistema complexo de estratificação sexual-racial” (CRENSHAW, 1991, p. 55)

Na concepção de Crenshaw, a violação do corpo das mulheres negras é reflexo da concepção de que existam corpos femininos que sejam menos ou mais valiosos em nossa sociedade. De modo que o estupro é “construído como um crime contra a propriedade de homens brancos privilegiados, crimes contra mulheres menos valiosas- mulheres não-brancas, da classe trabalhadora, lésbicas [prostitutas]” (CRENSHAW, 1991, p. 58).

Desta forma, as sexualidades consideradas desviantes, que burlam o espaço da vida privada e a monogamia, legitimam a normalização da violência do estupro das mulheres que ocupam o espaço das ruas. Agregando legitimação aos casos de estupros que perpassam as vítimas que estão mais vulneráveis, por estas não corresponderem aos perfis de conduta sexuais que são aceitáveis na sociedade capitalista, seriam as culpadas das relações de violências que as acometem cotidianamente.

A história sexual de uma mulher, por exemplo, é frequentemente explorada por advogados de defesa como uma forma de sugerir que uma mulher que consentiu sexo em outras ocasiões provavelmente teria consentido no caso em questão. A conduta sexual passada, bem como as circunstâncias específicas que levaram ao estupro, costuma ser usada para identificar o caráter moral de uma vítima legítima do estupro em comparação a mulheres que são consideradas degradadas moralmente ou, de alguma maneira, responsáveis por sua própria vitimização. [...] As imagens sexualizadas de raça se cruzam com as normas das sexualidades das mulheres, normas que são usadas para distinguir as mulheres boas das ruins, as “madonas” das putas. (CRENSHAW, 1991, p. 60- 61)

Por isso quando inicia sua fala, ela remete a seus doze anos de idade, buscando explicar-me em sua *história* e em suas experiências as hipóteses sobre o que levaram ela a tornar-se uma trabalhadora sexual. Sua fala possui em alguns pontos, tom de súplica e um certo desdém a “umas jovencinhas que passa por aí que se acham melhores do que a gente”. Ainda assim, clama a Deus quando diz: “Abençoa

senhor pra elas nunca passarem o que eu passei. Por que aí eu vou ter dó e pena”. E em outros de advertência, pois “muitas jovens têm que pensar no que vai fazer, em ir estudar”. Revelando seu esforço de formular uma narrativa que tenta compreender sua experiência de vida e sua relação com as trabalhadoras sexuais como algo fatídico, está ali por diversas adversidades de sua vida, não sendo uma vida que as demais devessem escolher, deveriam ir estudar.

China tem quatro filhos, onde somente a mais velha sabe de sua profissão. Em sua narrativa sua ocupação apresenta dois vieses, um é o trabalhista, sendo seu ganha pão e meio de trabalho e por isso deve ser valorizado, o outro ponto em contrapartida é motivo de desdém por parte da família e sociedade. Dessa forma, tenta esconder seu meio de sustento, pois segundo ela, sabe que “eles vão sofrer”. Desse modo, escolheu um bairro distante daquele em que encontra seus clientes, indo para a praça “somente para trabalhar”. Para ela a praça possui um caráter profissional, e diz que suas condutas no trabalho não mudam no lugar em que mora, sendo a “mesma pessoa em qualquer lugar”.

Também me explicou como existe um “*lugar certo*” para cada uma delas ficarem, onde durante anos “encontram seus clientes certos” ali. China ressaltou como existe uma diferença nos pontos, agregando valores simbólicos significativos da prática do *trottoir* (prostituição de rua). Para ela, existem diferentes perfis que cada trabalhadora sexual tem, derivando os locais de abordagem dos clientes e os tipos de pessoas que trabalham nos outros pontos (como na praia da avenida que segundo ela tem muita *mulher trans* ou na linha do trem por exemplo).

A rua constitui-se assim de uma dupla natureza ao mesmo tempo: território e lugar. Explicando-a como território, ela é marcada pelo domínio e pela posse, mostrando-se como uma área delimitada de pertença dos mais diferentes atores. De forma complementar, a rua constitui-se como lugar porque corresponde ao pedaço de Magnani (1998) onde se desenvolvem relações as quais ultrapassam o limite racional do trabalho, constroem laços de identidade e afetividade e fazem com que dentro dos territórios sejam criadas zonas específicas de identificação e sociabilidade. (SGANZELLA ,2011, p. 47).

Um dos problemas enfrentados e lembrado pela narradora, quando ela diz que *já tenho 40 anos*, é a chegada da terceira idade para as trabalhadoras sexuais. Que não tendo nenhum tipo de seguro social que as sustentem elas continuam na atividade.

Este tipo de descaso social gera uma certa desconfiança daqueles que aparecem dizendo querer ajudar. Sendo este aspecto um empecilho ao longo da pesquisa. Uma das mais velhas se chama Graça, ela tem mais de 40 anos que trabalha na praça, mas não quis gravar nenhuma entrevista nem tão pouco autorizou que eu utilizasse sua fala no trabalho; alegando que não sabia o que ia dizer. Ela tem vários problemas de saúde, muitos deles crônicos e somente tem algum atendimento quando o Consultório na rua vem prestar auxílio.

China, depois desta experiência traumática morou na rua por anos, se tornou dependente química (Crack), mas segundo ela “graças a Deus saiu desse mundo, não fazendo nada de errado”, a não ser exercer “sua profissão de garota de programa”. Para ela é somente condenável o roubo, o tráfico de drogas e a exploração sexual de menores sendo esta última abominável. Vê a prática da “prostituição” como “um trabalho como qualquer outro”; e a todo momento falou sobre como ela e suas colegas são merecedoras de respeito e de reconhecimento enquanto pessoa humana, por também serem “gente”. Sua narrativa busca um distanciamento de ações e posturas que envolvam a criminalidade, sendo reforçado ao longo de sua fala os arquétipos ligados ao trabalho que seria destoante dos discursos que as colocam enquanto criminosas.

Nós somos gente, carne e osso, somos seres humanos. Só que cada um procurou o seu destino diferente, você teve uma vida diferente, aquela ali teve outro tipo de vida. Eu já foi assim, e pra eu não fazer coisas erradas, sou uma Madalena. É por isso que eu estou aqui, minha história é essa e bem complicada, se for falar muitas coisas [...]. Sou uma profissional do sexo das Madalenas, da praça Montepio. Sou uma profissional do sexo, a praça Montepio é um ponto de trabalho pra nós que trabalha aqui na Montepio. Não é fácil, não é bom, tá entendendo? Mas é uma vida bem cruel.” (Depoimento China, 04 de novembro de 2019)

Interessante notar o teor ativista presente em sua narrativa, de modo que a todo momento ela está demarcando sua atividade enquanto uma “profissão”, que apesar de ser “cruel” não é errada. Nesse sentido sua militância acontece ao exigir seu reconhecimento enquanto *pessoa humana*, de modo que ela passa a desvincular sua atuação da criminalidade ao mesmo tempo que ratifica sua função como sendo exercida por uma profissional. Sob este viés, a praça possui outros meios e processos de inteligibilidade por parte das Madalenas que não o do crime ou devassidão presentes em discursos acerca do tema.

A todo momento elas definem sua atuação como sendo a de uma *profissional do sexo*, e reivindicam o status de profissão à sua prática, repetindo esta afirmação ao longo de suas narrativas. Já que para elas esta é *uma profissão como outra qualquer* servindo como um ponto *onde ganham seu pão de todo dia*. “Nós estamos nessa por que a gente precisa. A gente não tem outra maneira de sobreviver, está entendendo? Ai a gente vem pra cá; para sobreviver, para arrumar nosso pão de cada dia.” (Depoimento China, 04 de novembro de 2019).

Desde o final da década de 1980, Gabriela Leite e Lourdes Barreto reivindicavam a efetivação dos direitos civis das mulheres que se prostituíam e a regulamentação da profissão. Devido à pressão e violência policial aos grupos mais vulneráveis.

Desde os áureos tempos em que surgiu nas bancas de jornal O lampião que eu imaginava o movimento das prostitutas tendo um jornal, onde se pudessem discutir todas as questões que dizem respeito a nossa amadamaldita marginalia [...] tentamos priorizar a organização das prostitutas em um movimento, e ao mesmo tempo enfatizar que a prostituição não é um fenômeno a parte da sociedade e sim que está inserida nela. Dessa forma, tentamos mostrar que a prostituta não é uma vagabunda ou então o resultado do capitalismo selvagem, mas sim a linha direta de uma sociedade que morre de medo de encarar sua sexualidade e conseqüentemente se sente profundamente ameaçada quando a prostituta mostra seu rosto.” (LEITE, 1988 p. 2 APUD: LENZ, 2015, p. 3)

As profissionais do sexo da praça Montepio dos Artistas nesse sentido, sexo não são afetadas com a perseguição policial da mesma forma que as ativistas da década de 1980. Pois não lidam com pressões advindas dos guardas municipais de Maceió (SEMSCS - Secretaria Municipal De Segurança Comunitária E Convívio Social) que fiscalizam os trabalhadores informais no centro. Como pude constatar nas minhas idas a praça, estes não se preocupam com a atividade no local. Parte desta problemática sugere que existem relações em que as *putaativistas* da Montepio estão inseridas, que as apresentam como uma *doença social* (desvio moral) e não como uma causa de questões *trabalhistas* a serem discutidas.

Se muitas jovens for pensar direitinho e for olhar pra gente discriminar, não reconhecer a gente, pensar que a gente é lixo, realmente é isso mesmo, aqui

isso existe. Tem gente que passa pela gente e cospe, olha e cospe. Isso pra gente é ruim. Pra mim eu sinto assim: poxa, só por que eu vivo nessa vida? Tem muita gente que discrimina.” (Depoimento China, 04 de junho de 2019).

Assim, fazem referência da atuação profissional como associada à uma *guerra* que deve ser trilhada a partir de seu *espaço de trabalho*. Como todos os guerreiros e heróis sempre existe uma labuta impossível de ser transposta, mas que no final de tudo o herói (heroína) sairá vitorioso (a). De todo modo, o que faz um (a) guerreiro (a) é sua capacidade de continuar lutando mesmo nas condições mais adversas. Ao relacionar sua profissão a uma guerra podemos nos perguntar contra quem elas lutam? Lutam pela sua sobrevivência e pelo seu *ganha pão*, lutam contra as violências e os preconceitos que sofrem, para manter os *luxos*, para pagarem seu *aluguel*, para sua *assistência*. Mas sobretudo, buscam o reconhecimento de sua *humanidade*, a *dignidade* em exercer sua *profissão* e o *respeito* das pessoas.

Estamos aqui batalhando para conseguir os direitos da gente; que a gente precisa ter os nossos direitos. Respeito, que o respeito é o principal, que a gente não tem respeito; todo mundo discrimina a gente pensa que nós somos bichos, mas nós não somos bichos somos seres humanos, somos gente. E graças a Deus é o que a gente tá procurando aí, o respeito, caráter pra gente. Por que tem muita gente que discrimina a gente demais aqui nessa praça, mas nós somos felizes graças a Deus. (Depoimento China, 04 de novembro de 2019).

É interessante notar como em concordância com o sentido “da expressão *cair na vida*, Don Kulick (2008) configura-se um ponto pertinente dentro dessa dinâmica, já que tal ideia liga-se a todo esse sentido obscuro que se produz a partir da prostituição como *submundo*” (SGANZELLA, 2011 p. 25). De toda forma, a delimitação do espaço tido como espaço de trabalho é uma contraposição daquilo que é encarado pelos demais como um espaço da marginalidade. Ao perceber a praça enquanto lugar de trabalho elas contestam essas lógicas geopolíticas que caracterizam a Montepio, ressignificando- a.

Um levantamento feito no Jornal Gazeta de Alagoas, dos anos (2002, 2009, 2018) de matérias correspondentes para a pesquisa da palavra *prostituição*, não cita a presença num tom que as coloquem enquanto trabalhadoras sexuais. Mas relaciona o espaço de forma pejorativa, enquanto local de criminalidade e uso de drogas. Matérias como “Justiça trabalhista pune máfia do sexo” (Gazeta de Alagoas, Maceió 28/09/2019), “Polícia apura envolvimento em rede de prostituição” (Idem.

19/02/2013), “Ceasa convive com tráfico e drogas, assaltos e prostituição” (idem. 07/10/2017), “vítimas de rede de prostituição deixam União dos Palmares (idem. 25/12/2010), “Alemães são presos acusados de prostituição infantil em Jacarecica (idem. 19/06/2011) apontam para uma caracterização discursiva destoante da que é trazido pelas Madalenas. Em contraste ao que foi dito pelas colaboradoras de pesquisa e suas percepções do espaço abordado, estes discursos acabam por atenuarem as perseguições e silenciamentos das pautas trazidas pelas putaativistas da praça.

Ao buscar informações sobre a praça no jornal *Gazeta de Alagoas*, acerca da atividade no local, nada apareceu sobre as trabalhadoras sexuais. Este silenciamento reforça a ideia de que estas estão invisibilizadas ou ainda vistas de forma negativas nos jornais, não sendo associadas as disputas pelo espaço do centro enquanto uma questão trabalhista. Tentei na pesquisa digital encontrar informações a partir das palavras chave, Montepio dos Artistas, em seguida tentei ambulantes e comerciantes sendo que nada encontrei sobre as trabalhadoras sexuais da praça. Numa das manchetes, no ano de 2002, detalha acerca da revolta que o projeto de requalificação do centro causou nos ambulantes. Encontrei nesta notícia sob o título “ambulantes são retirados do centro em clima de revolta”, que me chamou a atenção foram informações sobre a atividade no local. E para minha surpresa esta manchete descreve como o SMCCU (Secretaria Municipal de Controle do Convívio Urbano) lidou com os “transtornos causados pelos vendedores ambulantes nas calçadas do centro. Fazendo menção a participação das quituteiras que estavam instaladas na praça Montepio dos Artistas e queriam mudar de endereço devido à falta de movimento, dos roubos e ainda de sofrerem as consequências do estigma da *prostituição* no local.

Em clima de revolta e reclamações, cerca de 80 vendedores ambulantes de frutas, verduras e raízes foram afastados, na manhã de ontem, da Rua Augusta, no Centro. Segundo informações do chefe do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU), engenheiro Galvacy de Assis, a operação conjunta com outros órgãos dos municípios tem como principal objetivo cumprir termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público Estadual. [...] as Quituteiras instaladas há sete anos na praça Montepio dos Artistas, no Centro, querem mudar de endereço. Elas reclamam da falta de movimento, dos roubos e ainda de sofrerem na pele as consequências de o local ter sido estigmatizado como área de prostituição.” (Jornal *Gazeta de Alagoas*, 28 de novembro de 2002)

O que chama a atenção na revolta das quituteiras⁴⁹ são os motivos de sua insatisfação, não somente por estarem sendo expulsas de seu ponto comercial na Rua Augusta (Rua das árvores), mas por serem obrigadas a permanecer próximas a Montepio e estarem sendo confundidas com as *prostitutas*. “Segundo Eliane de Souza [quituteira], não é raro escutarem agressões verbais e serem confundidas

com as antigas profissionais do sexo que atuavam e ainda atual no local.” (Idem. Gazeta de Alagoas 28 de novembro de 2002).

Há cerca de dois meses as quituteiras deixaram o local e instalaram seus tabuleiros no beco ao lado da Igreja do Livramento, mas a prefeitura quer que elas voltem para o antigo ponto. Elas sabem que terão que voltar. Isso já vem sendo discutido há várias semanas. a prefeitura vai colocar policiamento na praça, retirar as barracas, para que as quituteiras possam trabalhar em seus tabuleiros, e a Secretaria da Ação Social já vem fazendo um trabalho para mudar o conceito da área, destaca Galvacy de Assis, chefe da fiscalização da Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano. Não adianta investir em infra-estrutura nessa área porque ela não dá para comércio nenhum, retruca Eliane. Segundo ela, desde de que se mudaram para a lateral da Igreja, as vendas aumentaram 100%. O ideal, na sua opinião, seria a padronização da área onde estão hoje para as atividades das quituteiras. Não atrapalha em nada. Pelo contrário, melhora muito nossas vendas, comenta. Ela diz que as quituteiras até aceitam discutir um local que ofereça condições de trabalho, menos voltar para a Montepio.” (Jornal Gazeta de Alagoas 28 de novembro de 2002)

A insatisfação das quituteiras neste sentido, estava relacionada ao caráter *inumano* que atribui desonestidades e um repúdio às sexualidades desviantes das trabalhadoras sexuais. Reclamavam da *“falta de movimento, dos roubos e ainda por sofrerem na pele as consequências de o local ter sido estigmatizado como área da prostituição”*. Nesta manchete podemos perceber como o discurso que é construído acerca da presença destas mulheres compactua com uma narrativa que as criminaliza e as marginaliza.

Ao relacionar a matéria com a proposta de requalificação do centro de Maceió no ano de 2001, onde consta a ampliação da *vida noturna maceioense*, que segundo o relatório uma *má utilização do espaço poderia atrair as prostitutas para o local*. Se pode notar que o desprestígio do local se dá pela atividade das trabalhadoras sexuais, que não são reconhecidas enquanto trabalhadoras, mas como marginais associadas ao roubo e a criminalidade. De certo, estes preconceitos e a caracterização negativa

⁴⁹ “ Ambulantes são retirados do centro em clima de revolta. (Jornal Gazeta de Alagoas. 28/11/2002)

da *prostituição* como algo ilícito, sugerem que o estigma afetou as articulações em prol da regulamentação da profissão na cidade.

Podemos perceber a construção discursiva dos jornais em oposição à narrativa das Madalenas do que seria seu *ponto de trabalho*, seu *mundo e lugar esquecido*. De forma que uma das tantas possíveis leituras sobre *as Madalenas* é de que estas fazem parte de diversas relações de cunho urbanístico, invisibilizadas nas dinâmicas que foram desenvolvidas para o do centro de Maceió desde o final da década de 1990. “Galvacy de Assis (chefe da fiscalização da Secretaria Municipal de Controle e Convívio urbano) não adianta investir em infraestrutura nessa área porque ela não dá para comércio nenhum” (Gazeta de Alagoas 28 de novembro de 2002). Em oposição ao que é dito pelas Madalenas, para a Secretaria Municipal aquele é um território marginalizado, que não pode (nem deve) ser associado ao trabalho. Estes discursos expressos nos jornais subentendem-se que toda uma articulação política das Madalenas permanece silenciado.

Podemos notar como as instabilidades pairam sobre estes grupos mais empobrecidos da cidade, que utilizam do comércio informal como forma de sustento. E de como as relações conflituosas com as fiscalizações da prefeitura de Maceió não afetaram diretamente as Madalenas por elas estarem sendo a todo momento delimitadas como pertencentes a grupos de instabilidade social e associadas a um mal social a ser combatido. Nesse sentido, podemos perceber como os projetos de requalificação do centro, as várias disputas entre a Secretaria Municipal e o posicionamento dos tantos comerciantes clandestinos estão imersos em discursos higienistas acerca do espaço da praça. Alguns desses embates geraram reações violentas por ambas as partes, mas que até então sob este viés, não tinha afetado diretamente as Madalenas por estas não sentirem a vigilância em sua atuação profissional, ao não serem percebidas como trabalhadoras da área. Mas que a partir do comparativo feito pelo jornal entre as quituteiras e as trabalhadoras sexuais, podemos perceber como estas passaram a aderir conotações de um campo discursivo que segrega sua atuação.

A prefeitura de Maceió vem criando mecanismos para retirar massivamente os comerciantes informais do espaço central como quituteiras, sapateiros, feirantes cadastrados ou não. Para que se faça a reforma das ruas comerciais do centro, como

por exemplo a *Rua Augusta*, *rua das árvores*, *a rua do bolo*, etc. Locais são designados pela prefeitura. “A última proposta apresentada pela prefeitura não agradou. Três praças da Cadeia (em frente ao quartel), Montepio e Deodoro. [...] (Jornal Gazeta de Alagoas 02 de setembro de 2005) para que estes pequenos comerciantes possam vender suas mercadorias em outros pontos.

Uma outra manchete de 2002 com o título “permanência de quituteiras no centro será definida hoje” do jornal Gazeta de Alagoas elucida que várias estratégias de realocação destes comerciantes foram tentadas ao longo dos anos. Sendo a Montepio referenciada como um local para que os feirantes fossem designados, o que gerou ainda mais conflito.

A situação irregular das quituteiras instaladas atualmente ao lado da Igreja do livramento, no Centro de Maceió, será discutida em reunião promovida pela Superintendência Municipal de Obras e Urbanização (Somurb), às 8 horas, com representantes dos órgãos que compõem a Brigada de Fiscalização Integrada, criada pela Prefeitura para coibir os abusos urbanos. No encontro, deverá ser definida a melhor maneira de resolver a polêmica em torno da permanência das quituteiras no centro. Os participantes da reunião vão discutir, também, a melhor maneira de solucionar os problemas estruturais e de segurança da praça de alimentação, que hoje sofre ação de vândalos. As quituteiras comercializavam seus produtos na praça, mas por causa da falta de estrutura decidiram colocar suas mercadorias expostas ao lado da Igreja do Livramento. Elas denunciaram, entre outras coisas, que a praça da alimentação era local de encontro de cheira- colas, prostitutas e ladrões.” (Jornal Gazeta de Alagoas 26 de novembro de 2002)

As reclamações acerca dos locais que foram designados para eles foram diversas, de modo que alegaram que estes não possuíam o mesmo fluxo de clientes, o que gerou diversos conflitos com estes grupos e a prefeitura de Maceió. No caso da Rua Barão de Penedo, os demais comerciantes principalmente as quituteiras (que em 1990 foram expulsas para a Montepio); dizem que o local é desprestigiado socialmente, sendo um *local das prostitutas*, que só *espantariam a freguesia*. Dessa forma, podemos perceber que os discursos acerca da praça as representam enquanto o fator que levaria a marginalização do local e a escassez dos clientes.

Nesse sentido, o projeto de requalificação do centro, que em 2006 incluiu as quituteiras no projeto, mas não envolvia as trabalhadoras sexuais da praça. Por estarem na clandestinidade muitos comerciantes vivem sob vigilância da prefeitura, as prostitutas neste sentido, não são incomodadas pelos fiscais, por sua profissão não ser *regulamentada* e por não estarem necessariamente oferecendo produtos e sim serviços. De todo modo não são categorizadas enquanto *trabalhadoras*. Este aspecto

sugere que a não visibilidade das trabalhadoras sexuais na praça se deve ao não reconhecimento destas enquanto trabalhadoras, mas sim associadas a um mal social que deve ser combatido, sendo uma das causas para que os clientes não aparecessem. Em contrapartida a inclusão das quituteiras no projeto de requalificação sugere que exista um tipo de trabalho feminino que é permissível e aceitável. Reafirmando os papéis sociais femininos das mulheres consideradas de “bem”.

De forma que os embates entre os comerciantes informais (como as quituteiras) e as Madalenas se inserem em questões mais duras que devem ser levadas em consideração. Pois o desafio das Madalenas, além de lidar com o estigma e a segregação, é possibilitar uma luta por suas causas e reivindicações que até o momento estão silenciadas. A praça Montepio aparece novamente no Gazeta de Alagoas em 2005 como *opção da prefeitura para os ambulantes*. Mas estes não aceitaram por que a “Montepio está descartada, frisou Laerson [presidente da Associação comercial de Alagoas] usando a fama do local como argumento. Lá as prostitutas trabalham durante todo o dia, espantaria a freguesia”⁵⁰. Se percebe mais uma vez nestes discursos que o desprestígio social atribuído a praça é devido a atividade das trabalhadoras sexuais na praça.

Desta forma, o projeto de *requalificação urbana do centro de Maceió* desde de 2001 que visava “um desenvolvimento econômico voltado para a dinamização e o estímulo de atividades produtivas capazes de ampliar o mercado de trabalho na cidade”, dedicou dois parágrafos acerca da questão social da região elencando as pautas sobre *segurança pública* e a presença de *prostitutas*. Neste texto confundiram (não ingenuamente é claro) a prática da *prostituição* com a exploração sexual infantil e a violência sexual, apontando para os *perigos da subutilização do espaço urbano do centro no período noturno como agente propiciador de atividades ilegais*. Este texto nos ajuda a pensar em como a prática é percebida pela ótica do Estado, as associando à prostituição infantil enquanto desclassificados sociais, marginais ligados ao tráfico de drogas.

A questão social- Prostituição- A subutilização do espaço urbano do centro no período noturno, propicia o acontecimento das atividades ditas ilegais, sendo uma delas a prostituição infantil. Comenta-se a existência de três casas de prostituição na área central, uma delas na Rua Cincinato Pinto, no trecho próximo ao mercado e outras duas na Rua Fernandes de Barros. Algumas

⁵⁰ ” (Gazeta de Alagoas 02 de setembro de 2005)

delas funcionam como lanchonete no andar térreo no período diurno.” (2001, p. 32).

Assim, supomos que vários mecanismos de silenciamentos, fundados numa perspectiva de criminalização das sexualidades desviantes foram articuladas para lidarem com as trabalhadoras sexuais da Montepio, percebidas pelos discursos oficiais que estão entranhados de naturalizações acerca do gênero. De modo que este projeto ao se referir a presença das trabalhadoras sexuais, estabelece uma

conotação que estas devem ser encaradas como um problema jurídico/médico a ser resolvido. Estas ruas que são nomeadas ficam na parte mais periférica do centro, próximo ao Mercado municipal e a *Feira do Rato*.

Até mesmo os trabalhadores informais como as quituteiras e demais ambulantes munidos de narrativas negam o status de pessoa humana às trabalhadoras sexuais. Estabelecendo uma distinção normativa entre as honestas e as desonestas que deveriam ser controladas, vigiadas e punidas pelo Estado.

Dessa forma as Madalenas não escapam das lógicas que configuram o papel social feminino. E em comparação aos discursos normativos acerca da sexualidade nos faz pensar que seu ponto de transgressão e resistência está em atribuir status de *profissão* a práticas que são repudiadas pela sociedade ocidental por não serem compatíveis ao papel esperado pelas mulheres. Por que, “nós não matamos, não roubamos, não traficamos, não fazemos nada. Só profissionais do sexo, realizar os desejos dos parceiros. (Depoimento China 04 de novembro de 2019).

Deve-se levar em consideração como elas “positivaram a visão estigmatizada de suas práticas sociais, [que rearranjam] seus cotidianos e construíram suas relações amorosas e suas famílias (SGANZELLA, 2011, p.11), apesar de a todo momento estarem sendo descredibilizadas e silenciadas, elas seguem se articulando em prol do reconhecimento de sua atuação profissional. Alegando que a “mulher que vive nessa vida, ela não tem valor de nada, essa mulher não tem valor de nada. E sabia que a gente tem muito valor? Nós somos seres humanos, a gente tem coração. [...] a gente que vive aqui é discriminada mesmo pela sociedade, pra tudo. [...] (Depoimento China 04 de junho de 2019)

[...] esforço de aproximação e compreensão teórica das diferentes possibilidades de construção (e por vezes também de reificação) das

trajetórias sexuais, individuais ou partilhadas por determinados grupos de pares que nos conduz a distintos cenários culturais. Estes são permeados por formas de afeto (em suas variantes, incluindo o ideal de amor romântico), pela violência, por diferentes redes de sociabilidade, pelo lugar que a reprodução e a família ocupam no imaginário social e, fundamentalmente, pelo potencial de valorização ou censura que o mundo social exerce sobre cada sujeito.” (HEILBORN & BRANDÃO 1999 P. 11 APUD: PEREIRA 2014 p. 318)

Não é raro ouvir discursos acerca do amor romântico como sendo ele monogâmico e heterossexual, como se a sexualidade humana estivesse fadada ao binarismo e ao romance estilo Eros e Píscis. A forma com que a caracterização da família é moldada em um imaginário cultural valorativo em nossa sociedade, denota em contrapartida um teor exótico das sexualidades consideradas desviantes. Isentando aqueles corpos que não correspondam aos arquétipos da família tradicional monogâmica como passíveis de afeto ou do amor. Desse modo, na tentativa de destituir as trabalhadoras sexuais de seu valor enquanto sujeitos sociais pertinentes, redes de sociabilidade pautadas sob uma visão unilateral da violência camuflam uma pluralidade de performances identitárias do desejo que não correspondem necessariamente ao amor romântico.

A gente tem família, eu tenho família, tenho filhos, já tive marido, já tive uma casa, já fui dona de casa, só que não deu certo. Voltei para a vida de novo, para a vida de prostituição de novo e estou aqui hoje. [...] eu mesmo tenho família, tive pai, tive mãe, mas Deus levou, tenho irmã, tenho irmão. Tenho família. Só que a gente escolheu, eu escolhi ser uma profissional do sexo. (Depoimento China, 04 de junho de 2019).

Ao afirmar que possui família⁶³, está (mesmo inconscientemente) recorrendo à segurança propostas pela *cisheteronormatividade*.⁶⁴ É neste ponto que ela encontra a afirmação para sua *normalidade*, ela como *todos* possui *família*.” Já tive marido, já tive uma casa, já fui dona de casa” são expressões que nos apontam para estes papéis sociais femininos e como estes dinamizam o cotidiano das mulheres. Nos mostrando *discursos que imobilizam* todas as mulheres e que violentam aquelas que se aproximam das sexualidades desviantes. Ironicamente as Madalenas possuem como clientes os homens ditos de bem, na maioria casados e que trabalham nas redondezas do centro.

Por que a gente faz sexo não é por amor é por precisão, por que a gente precisa. Aqui é um trabalho, eu vivo nessa vida por quê preciso. Com o que vou me alimentar, com o que vou pagar meu aluguel, com o que vou manter os meus filhos? Não é só eu não, eu e muitas aqui. [...] gostaria que daqui pra 2021 tivesse melhorias sobre a praça, não devemos ser discriminadas, e as pessoas ter preconceito com a gente. [...] por que tem mulher que passa pela

gente e cospe, então elas ignoram a gente por que a gente tá aqui.”
(Depoimento Edileuza, 18 de fevereiro de 2020).

⁶³“Bacelar: De maneira geral, as famílias que se desviam do modelo normativo vigente como é o caso da prostituição, mantém o mesmo sistema terminológico de parentesco e de percepção de valores na sociedade global.”
(PEREIRA, 2014, p. 331)

⁶⁴

“Envolvem o sexo como um controle reprodutivo feminino, as quais guardam seu corpo e sustentam sua moralidade, reforçando o estigma. Assim, o estudo da prostituição não pode se eximir de refletir sobre a dualidade sexo/gênero como produtores de relações sociais centrais. (SGANZELLA, 2011, p. 86)

Assim utilizamos os caminhos e proposições presentes na memória⁶⁵ das trabalhadoras sexuais. Que são destoantes destas produções que vem sendo feitas sobre as *sexualidades marginais*. As narrativas que compõe a fala das entrevistadas, não nos dão o que *realmente aconteceu, fato*; mas nos dão um fragmento, um indício que nos auxilia na interpretação da *memória coletiva*⁶⁶do *imaginário social* sobre a praça e as *naturalizações* de suas experiências e seus feitos singulares. De modo que devemos levar em consideração que existem sob este viés,” diferentes memórias que estão em pleno processo de disputa, no qual se insere a ação de pesquisadores e seus entrevistados” (ALBERTI, 2004, p. 39)

Sob este viés, devemos podemos tornar um certo cuidado em representar estas experiências num texto que não imobilize as narrativas das Madalenas e seu poder político. Estas relações de uma certa “autoridade narrativa⁶⁷” (PORTELLI, 1996, p. 59) as possibilita reviver suas experiências cotidianas. Auxiliando também nas análises de como foram sentidos os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos em que elas estão inseridas, ao transcrevermos os depoimentos dessas ativistas militantes.

Estas narrativas nos apresentam diversas problemáticas nos impele a desmistificar/ desnaturalizar as relações sociais que permanecem silenciadas na análise feita com as fontes impressas. Que percebem as violências e estigmas das trabalhadoras sexuais como naturais e socialmente aceitas. Percebemos todo um esforço que está sendo feito para associarem suas práticas ao trabalho, e de como este é o eixo de análise que dinamiza as questões levantadas por elas nos fazem

⁶⁵“Nos últimos anos, alguns historiadores orais criaram métodos de análise e de entrevista que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa histórica e sociológica”. (AMADO, 2006, p.69) ⁶⁶“A memória coletiva passou a fazer parte dos estudos históricos por muitos meios e formas, [...] Em uma, a memória é invocada para subverter as afirmações da história ortodoxa; na outra, os estudos históricos ganharam impulso por sua capacidade de subverter as categorias, as suposições e as ideologias das memórias culturais aceitas e dominantes.” (AMADO, 2006, p. 75)

⁶⁷

“Assim, “a entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente” (PORTELLI, 2001, p. 12 APUD: FERREIRA, 2004, p. 49-50)

perceber que estas relações de poder permitem brechas e reentrâncias resistentes a heteronorma.

De certo modo as caracterizações e naturalizações que perpassam este *submundo* devem ser problematizadas, pois estas podem (intencionalmente) construir uma narrativa que tenta universalizar a *vulnerabilidade* e opressão destas mulheres. Ao não levar em consideração as complexas singularidades políticas/ culturais e sociais que perpassam o grupo das Madalenas, estaríamos neste sentido, reafirmando as normas e lógicas que gostaríamos de combater, como a percepção de que estas mulheres estariam condenadas ao papel de vítima passiva da violência. Assim, se buscou elucidar como estas caracterizações vistas como determinantes do espaço do *submundo* estão associados a lógicas e determinações violentas de que estas mulheres seriam mais “promíscuas” e, portanto, encorajariam e até mesmo desejariam ser violentadas.

CAPÍTULO 3. UM PUTAMOVIMENTO: AS POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE DAS MADALENAS DE MACEIÓ

Neste capítulo discorro brevemente sobre quais aspectos possibilitaram a criação de um grupo ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais em Maceió. Minha questão inicial era tentar entender por quê mesmo com as articulações das *putaativistas* desde o período de redemocratização no país, as Madalenas somente passaram a se organizar em 2019. Desse modo, levei em consideração tudo aquilo que estava sendo predisposto pelas entrevistadas em suas narrativas, na tentativa de entender a singularidade de suas reivindicações e comprovar algumas hipóteses iniciais da pesquisa.

A singularidade das Madalenas, sob este viés, perpassa uma representatividade política que percebe sua atuação enquanto um trabalho. De modo que esta (representatividade) está imersa em disputas de poder, da sua atuação profissional e no conjunto de significados e dinâmicas diárias que compõe o grupo em sua relação com o centro de Maceió. Suas narrativas se aproximam da concepção de que a “*prostituição*” está relacionada às questões trabalhistas e dos direitos humanos, de modo a implementar em suas narrativas uma potencialidade política reivindicativa do que seria ser uma trabalhadora sexual. Ao problematizar as *naturalizações* acerca da profissão e sua resignificação por parte das ativistas da Montepio, busquei me aproximar de uma análise sob a perspectiva *putaativista* que elas fazem parte, de modo a resignificar o espaço da praça considerado desprestigiado, e lhe atribuir pluralidade de sentidos e significados.

O que para as Madalenas é seu *espaço de trabalho*, para o *senso comum* e suas *naturalizações* sociais fundados nestes arquétipos, a praça é *antro de marginais*

e *prostitutas*. Denotando um teor negativo ao referir-se ao espaço abordado, bem como fundamentando um teor inumano as sexualidades subversivas. Estas lógicas impulsionam as trabalhadoras sexuais a desempenharem mecanismos de resistência, ao criarem discursos em prol da sua visibilização enquanto grupo e de suas reivindicações políticas. Quando problematizo às narrativas destas mulheres, percebo como elas passam a contestar as normas que regem seus corpos, bem como atribuem um peso valorativo ao espaço da praça. Reinventando e ressignificando o lugar em suas muitas disputas de poder, a partir da inteligibilidade do que seria o trabalho em sua forma plural, elas reapropriam o espaço, utilizando seus corpos enquanto força de atuação política.

No começo do ano de 2019 China propôs a ideia da criação de um grupo em prol dos direitos das trabalhadoras do sexo da praça Montepio dos Artistas: “o Madalenas começou esse ano de janeiro pra cá. Onde a gente procura mesmo visibilidade política, saúde, respeito, direitos; que a gente não tem nenhum aqui pelo fato de ser trabalhadora sexual”, (Depoimento China, 04 de novembro de 2019). Segundo ela, numa viagem que fez à Paraíba em 2010, teve contato com um grupo sindicalista com lideranças de trabalhadoras sexuais com debates de alcance nacional que a motivou a pensar um grupo para Maceió intitulado *As Madalenas*.

Ao recorrer as ordens divinas para justificar a escolha do nome, as Madalenas sugerem estar à mercê desta força redentora que as tiraria dessa vida, mesmo existindo pessoas que acreditam que elas são “*um lixo*”. Pois “muitas pessoas que passam pela gente e discriminam, olha assim pra gente, e pensa que a gente é um lixo” (Depoimento China, 04 de novembro de 2019) que quando as veem cospem. Estes pontos enviesam-se justamente nos debates acadêmicos sobre a prática da *prostituição* como sendo associada à criminalidade e a mal caratismos, bem como a um discurso de cunho higienista que percebe as sexualidades desviantes como sujas e preceptoras de doenças. De forma que há um “confinamento da prática a determinados locais até os dias atuais que reproduz o discurso sanitarista de que tal prática contamina as relações sociais das outras pessoas tidas como “comuns”. (PEREIRA, 2014, p. 323).

[...] A minha situação não foi boa pra eu chegar até aqui, eu vou fazer 40. É difícil, como você mesma viu ali, eu pedindo pra um, pra outro, negócio de passagens essas coisas todas, é difícil. E tenha muitas pessoas que passam

pela gente e discriminam, olha assim pra gente, e pensa que a gente é um lixo, pensa que é uma pessoa errada; sei lá alguma coisa assim. Mas a gente está aqui por que precisa; pra não roubar, pra não traficar, pra não fazer coisa errada. E eu vou na honestidade, eu sou uma Madalena, não tem a Madalena né? Que foi uma prostituta a mesma coisa eu sou eu, sou uma delas, sou uma Madalena. (Depoimento China, 04 de novembro de 2019)

Na afirmação “sou uma Madalena, sou da vida; batalho pra isso.” Essa batalha constante, essa luta que as torna guerreiras, também é contra o preconceito contra o estigma, e para serem reconhecidas enquanto humanas, “lutei muito”. Esta afirmativa tanto para China quanto para as demais entrevistadas é uma luta que também significa luta contra as drogas e o vício, contra a *vulnerabilidade* das ruas.

Já que “a mulher que vive nessa vida ela não tem valor de nada”. A batalha pode ser percebida também pela busca por respeito e dignidade, atributos que segundo ela são dispensados às trabalhadoras sexuais da Montepio. Elas lutam para que as trabalhadoras sexuais, sejam pessoas humanas e exigem reconhecimento.

Então quando China narra: “Eu sou uma Madalena, não tem a Madalena né? Que foi uma prostituta, sou uma delas, sou uma Madalena”. Ela declara ser como Maria Madalena (uma pecadora, que sucumbe ao pecado da carne, mas é perdoada por Jesus Cristo). Ela agrega estes poderes a um poder divino, somente Deus pode tirá-la dessa vida. As lógicas morais das quais estamos falando, são imbricadas de lógicas cristãs. De modo que em sua fala podemos perceber como ela identifica qual é o eixo de análise do que significa ser uma Madalena. “Não fazendo nada de errado”, a não ser, exercendo sua profissão”. “Tenho um sonho que é sair dessa vida”. Ela espera em Deus, confia que “sairá dessa vida, para uma melhor”. Como Madalena ser redimida de seus pecados e de sua *fraqueza moral*, somente esta força redentora pode tirá-la desta vida.

Notamos ainda nesse ponto, como os discursos de cunho sanitarista do século XX ecoam no imaginário das pessoas até os dias atuais. Associando não somente à prática sexual aos saberes médicos e higienistas de modo a orientar para uma sexualidade reprodutiva e higiênica. Mas também aderindo os estigmas que estes representam nas sexualidades consideradas *desviantes* (obscurecendo sua pluralidade) pois estas estariam ligadas a *doenças e a contaminação*.

Eu tenho 46 anos, tenho uns dez anos de *prostituição*. Vivi muito nessa vida, já trabalhei em Aracaju, já vivi em bar fazendo programa e hoje estou aqui na praça Montepio. Gostaria que daqui pra 2021 tivesse melhorias sobre a praça, não devemos ser discriminadas, e nem as pessoas

ter preconceito com a gente. (Depoimento Edileuza, 18 de fevereiro de 2020) Os elementos presentes na narrativa de Edileuza, apontam para como estas consideram sua profissão alvo da discriminação. A prática considerada pecaminosa em alguns pontos de sua narrativa, as impele a atuar na profissão por “precisão” / necessidade (vulnerabilidade) exercem um *trabalho* que está imerso na violência e no estigma. De modo que fazem distinção entre o sexo por amor (Eros e Psique) da prática sexual feita no *trabalho*. A repetição da palavra prostituição (e não trabalhadora sexual) em sua fala. Quando ela diz: “Nós só queria” uma melhoria na *prostituição*, evidencia uma construção narrativa que acaba por utilizar conceitos condenáveis pelas putaativistas. Mas que ainda assim possuem elementos de estranhamento ao estigma e violência que lidam cotidianamente, de modo que questionam a forma com que sua atuação é vista, por que “a *prostituição* não é como todo mundo imagina, não devemos ser discriminadas, por que a gente faz sexo não é por amor é por precisão. Por que a gente precisa, aqui é um trabalho.” (Depoimento Edileuza, 18 de fevereiro de 2020)

A vulnerabilidade que as ruas trazem para as sexualidades e identidades subversivas, estão perpassadas por disputas de poder. De modo que onde existe poder, lá encontraremos suas respectivas resistências, sendo algumas das resistências que as Madalenas nos trazem a sua articulação em prol do reconhecimento de sua profissão e sua busca por reconhecimento e respeito, não devendo ser “discriminadas”. Essa articulação de cunho político atua com os pontos de subversão às lógicas impostas moralmente que insistem em invisibilizar e silenciar as sexualidades humana em sua pluralidade.

Tem gente que olha pra gente, como eu disse pra você, e tem nojo. São poucas as pessoas que consideram a gente, eu achei até difícil você chegar assim e conversar com a gente; porquê são poucas pessoas. A gente não vê essas coisas que você tá fazendo; agora eu vi. Foi você que apareceu ali naquele dia e eu fiquei até passada com isso. (Depoimento China, 25 de junho de 2019)

Alguns dos aspectos do cotidiano das Madalenas nos apontam para as categorias de classe que as classificam enquanto pertencentes aos grupos mais *vulneráveis*. Quando afirmamos que este grupo está imerso em *vulnerabilidades*, significa dizer que elas estão sob a vigilância de regimes de poder que as estigmatizam; mas que em contrapartida estas criam mecanismos que subvertem estas determinações. De todo modo, este texto busca o distanciamento de uma

análise unilateral destas vulnerabilidades, na tentativa de não in-visibilizar suas resistências⁵¹.

O “manguear⁵² sob este viés analítico, significa produzir mecanismos de resistência ao exercerem sua profissão, pois é mais um artifício utilizado por elas como meio de sobrevivência. Quando China fala que eu a encontrei “pedindo pra um, pra outro, negócio de passagens essas coisas todas, é difícil”. São mecanismos como esses que elas utilizam para sua sobrevivência. Mesmo que não realize o *programa* ela necessita de coisas básicas como alimentação, passagem, contas, como qualquer outro ser humano. Estas necessidades (vulnerabilidades) as impelem a ocupar o espaço de praça enquanto local de trabalho e a se articularem em busca de uma assistência e melhorias na profissão.

Não gostaríamos de produzir e ratificar aquilo que gostaríamos de subverter, que seriam as definições imutáveis de gênero e sexualidade que as descrevem enquanto *corpos* impotentes politicamente em relação ao poder paternalista do Estado, assim:

A necessidade de estabelecer uma política que evite o reentrincheiramento do paternalismo parece clara. [...] Essa tarefa, portanto, se torna ainda mais difícil em condições de aumento da precariedade, quando números cada vez maiores de pessoas são expostos à falta de moradia, ao desemprego, ao analfabetismo e à assistência à saúde inadequada. [...] a luta é por fazer a reivindicação feminista eficiente de modo que essas instituições sejam cruciais para a sustentação das vidas ao mesmo tempo que as feministas resistam aos modos de paternalismo que estabelecem e naturalizam relações de desigualdade. (BUTLER, 2019, p. 156)

A filósofa Judith Butler problematiza os discursos que descrevem a *vulnerabilidade* enquanto atributos definidores de gênero e que segundo ela, são distribuídos de formas desiguais “em certos regimes de poder, e precisamente com o objetivo de consolidar certos regimes de poder que privam as mulheres de seus direitos” (BUTLER, 2019, p. 156- 157). Não significa dizer que estas mulheres estejam

⁵¹ ” [...] as mulheres são ao mesmo tempo vulneráveis e capazes de resistência, e que a vulnerabilidade e a resistência podem acontecer, acontecem, e até mesmo devem acontecer ao mesmo tempo.” (BUTLER, 2019, p. 155)

⁵² Esta prática se resume em pedir aos transeuntes pequenas quantias (um ou dois reais) enquanto elas aguardam os clientes. este mecanismo também é utilizado para conseguir comida nos restaurantes que ficam no centro de Maceió.

isentas das lógicas violentas de precariedade, mas sim de que devemos percebê-las por vieses que não apaguem suas reivindicações e atuações políticas; de modo a não aprofundar suas precarizações. Neste sentido, percebe-las de forma unilateral (descritiva) acaba por trilhar lógicas que as responsabilizam por suas experiências violentas, pois estes regimes de poder compactuam com um modelo moralizante, que as culpa por sua própria situação precária.

A vulnerabilidade e a invulnerabilidade como efeitos políticos, efeitos distribuídos de maneira desigual, de um campo de poder que age sobre e por meio dos corpos; essas rápidas inversões mostram que a vulnerabilidade e a invulnerabilidade não são características essenciais de homens e mulheres, mas na verdade, processos de formação de gênero, os efeitos de modelos de poder que têm como um de seus objetivos a produção das diferenças de gênero que caminham lado a lado com as desigualdades. (BUTLER, 2019, p. 159)

Dessa forma, notamos a partir dos estudos de gênero enquanto uma categoria de análise qual o ponto de transgressão das Madalenas, pois apontam para nódulos interpretativos que nos levam a pensar estes discursos como relacional ao que GOFFMAN (1988) demonstra, que os “estereótipos não são apenas manipulados por parte daqueles considerados normais, mas também pelos indivíduos (ou grupos) estigmatizados” (PEREIRA, 2014, p. 328). No sentido de que as próprias trabalhadoras sexuais em suas narrativas utilizam destes discursos para explicarem as violências sofridas e o estigma que cerca a profissão, denotando muitas vezes ao longo de suas falas um viés salvacionista.

O Bolsonaro olha aí pela gente, que a gente estamos necessitando de muita coisa, a gente estamos aqui à toa. Só Deus com a gente por que a gente não tem ninguém pela gente. E a gente não tem outro trabalho, não tive estudo, aí vivo aqui brigando por um trabalho por qualquer coisa. Não temos ajuda nenhuma, estamos aqui jogadas [...] só Deus na vida da gente. Eu queria muito que tivesse alguém que se sensibilizasse com o nosso sofrimento e viesse ajudar a gente. Por que assim, não só eu, mas como várias colegas minhas vivem nessa luta e tá difícil pra todas. (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020)

É importante que levemos em consideração, como em contrapartida, a utilização destes discursos abolicionistas/salvacionistas, não anulou suas potencialidades políticas e suas identidades narradas a partir de significados singulares. Pois percebem sua luta como um campo minado para as relações “afetivas e profissionais, guerreiras que superam as expectativas e demonstram que sua situação cotidiana é complexa, ultrapassando a visão simplificadora de *mulheres de*

vida fácil.” (SGANZELLA, 2011, p. 92) por isso vivem “nessa luta” que é difícil para todas”.

Se todo mundo tivesse a mente boa, aberta, nós se juntava aqui e acabava com esse preconceito. Eu tenho fé em Deus que um dia acabe esse preconceito e as Madalenas vençam. [...] Mulher de vida fácil, onde é fácil? Venha passar o dia com a cara no sol esperando quem não tratou. Quem quiser que venha, aqui não tem nada fácil (Depoimento Edileuza, 18 de fevereiro de 2020).

Suas lutas estão relacionadas aos aspectos sociais que lhes são negados devido ao estigma de suas práticas, o status de pessoa humana a todo tempo está sendo colocado por elas, como sendo negados. E Introduz às suas lutas, lutar por sua *humanidade*, resistindo aos discursos e as lógicas que as colocam como seres inumanos. Estas, dentre tantas outras narrativas sobre o tema, apontam para leituras que nos levam a perceber como estas segregações podem ser violentas.

As narrativas sobre a criação do Madalenas apontam para a experiência de China com a luta sindical putaativista, em 2016 os movimentos da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo com “suas principais pautas reivindicatórias- saúde integral, regulamentação da prostituição e financiamento autônomo [...] autonomia do corpo, direito à maternidade, contra a violência das mulheres e a construção de uma sujeita putafeminista” (MENEZES, 2019, p. 11) começaram a se fortalecer.

As madalenas, o grupo das Madalenas, aqui não existia a Apros era um lugar esquecido; mas quando em João Pessoa eu conheci um pouco da Apros⁵³ quando eu cheguei aqui que eu falei para a minha parceirinha *Mara*: *Mara* aqui não tem Apros? Ela disse: Não tem, aqui é um lugar esquecido. Aí eu comecei a entrar na mente dela, na cabeça dela o significava ter aqui uma Pros; as *Madalenas* como apareceu aqui agora. Agora no estado de Alagoas existe isso. Por que não existia isso, era um lugar esquecido. Todo canto do Brasil tem, menos aqui; agora tem. Por que eu cheguei, a *Mara* é uma mulher bem guerreira foi pra frente, conseguiu. Hoje tem as Madalenas, hoje existe a Apros, existe as Madalenas. Foi por isso que a gente fundou as madalenas na praça Montepio, as profissionais do sexo. É complicado, mas a gente vai conseguir vencer. Estamos lutando pelos direitos da gente, que a gente tem direitos[...]“(Depoimento China, 04 de novembro de 2019)

Quando ela diz: “a gente fundou as madalenas na praça Montepio”, não sendo fácil a *luta*, mas que otimistamente vai “*conseguir vencer*”. As articulações que as

⁵³ “ APROS-PB Associação das Prostitutas da Paraíba fundada em 2010.”

Madalenas construíram desde de 2019 nos indicam como estas questões trabalhistas afetam as *profissionais do sexo em particular da Montepio*. E de como as reivindicações e propostas que vem sendo feitas por elas tem uma forte significância política sobre sua existência. “Estamos lutando pelos direitos da gente, que a gente tem direitos”. Se o lugar foi esquecido subtende-se dizer que os direitos foram também esquecidos, bem como os indivíduos silenciados politicamente. Estes

esquecimentos são intencionais e se complexificam no entendimento da atuação da profissão em outros espaços sociais no contexto urbano maceioense.

De modo geral, esta organização tem como objetivo principal reconhecer os direitos das profissionais do sexo bem como lutar por respeito e autonomia. O trabalho sexual percebido como uma questão” trabalhista atua no reconhecimento da prostituição enquanto profissão e reivindica que a trabalhadora sexual possa ser registrada como autônoma ou empregada, de forma que o empregador tenha responsabilidades pelos encargos trabalhistas”. (MENEZES, 2019, p. 25)

Carolina Bonomi de Menezes Guerra, apresentou em 2019 sua dissertação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Campinas com o título “Mulheres da vida, é preciso falar: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais”. O trabalho desta mestra em ciência política, trouxe uma perspectiva singular das dinâmicas e dos “trânsitos políticos do movimento organizado de trabalhadoras sexuais” desde a década de 1980. No sentido de que buscou descrever as mobilizações políticas, os trabalhos e as reivindicações de direitos das trabalhadoras sexuais, a partir de uma análise antropológica e etnográfica do putaativismo.

O movimento *putaativista* surge a partir do afrouxamento da repressão ditatorial brasileira, sendo somente possível devido á parcerias com a Igreja Católica e com encontros realizados pela Pastoral da Mulher Marginalizada. Esta vertente católica estava ligada a movimentos sociais da Teologia da Libertação, que nesse sentido buscavam direcionar as leituras do evangelho para combater as injustiças sociais de grupos mais empobrecidos. De toda forma, estas parcerias estavam fundamentadas em perspectivas abolicionistas do tema, percebendo a atuação dessas mulheres

enquanto exploração e degradação moral, seu objetivo era “resgatar” as mulheres que atuassem com *prostituição*.

Desde o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas (1987), organizado em pautas como violência policial, reconhecimento profissional e pelos seus direitos civis e social, as prostitutas que participaram desse evento (incluindo Lourdes Barreto e Gabriela Leite) criaram a Rede Brasileira de Prostitutas visando facilitar a articulação, os contatos e os intercâmbio de ideias entre as *prostitutas*. Que visavam no período, a mobilização em prol de ações conjuntas e reivindicações pelos seus direitos sociais bem como combater a violência policial no período de redemocratização.

A hipótese inicial acerca do contexto contemporâneo na Montepio dos Artistas, era de que existisse repressão policial no lugar, ou que as reivindicações propostas por elas correspondessem as pautas trazidas pelas putafeministas do final da década de 1980, que buscavam acabar com a violência e repressão com as *putas* como nos diz Gabriela Leite. Esta ideia foi desacreditada ao longo das entrevistas, no sentido de que, a partir do que elas me colocaram, a presença policial passou a ser vista como “segurança” para o desenvolvimento do trabalho delas. A não percepção das trabalhadoras sexuais como trabalhadoras informais pode sugerir que estas não seriam os “alvos” a serem vigiados e punidos pela vigilância urbana no centro de Maceió, explicando a não repressão. Mas isso não significa dizer que não sejam alvos de discriminação e violência, nesse sentido a narrativa de Cristiane ilustra como o estigma as invisibiliza.

[...] A bichinha tava com noventa reais, pra ser assaltada. Levei ela pro HGE, ela fez os procedimentos. A gente parou a polícia, a polícia não parou. Com a gente é assim, nem a polícia dá valor. Por que a gente é discriminada pelo mundo. Mas Deus é maior na vida da gente, quem protege a gente é Deus, por que lá é horrível.” (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020).

Nos anos de 1980-1990 foram marcados pelo aparecimento de articulações e lideranças de mulheres enquanto sujeitas políticas e representantes do movimento putaativista. Segundo Guerra, no ano de 1993 no III Encontro Nacional de Prostitutas, foi pautado a necessidade de se formarem mais lideranças e associações entre as trabalhadoras sexuais. De modo que o fortalecimento da Rede Brasileira de Prostitutas se deu por meio da formação de associações que visavam o fortalecimento da estrutura política do movimento das *prostitutas*.

Entre 1987 a 1992, se formaram as primeiras associações para que as prostitutas tivessem uma representação local e que pudessem impulsionar estratégias regionais. No ano de 1989, foram inauguradas três associações: o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), em Porto Alegre, o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), situado na cidade de Belém do Pará, e o Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande (CIPMAC), no estado da Paraíba. Em 1990, se formaram mais duas: Associação de Prostitutas de Sergipe (APS), na cidade de Alagoas/SE, e a Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE), na cidade de Fortaleza. No ano de 1992, foi inaugurado a Prostituição, Direitos Cívicos e Saúde (DAVIDA), sob a liderança de Gabriela Leite. Ainda na década de 1990, foi formada a Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), na cidade de Salvador (BA), o Grupo Liberdade, na cidade de Curitiba (PR), o Grupo Dignidade, em Florianópolis (SC) e a Associação Damas do Rio, no interior do estado do Rio de Janeiro. (GUERRA, 2019, p. 60).

Estas articulações visavam a criação de projetos e associações a cargo das próprias trabalhadoras sexuais. Sendo esta, mais uma estratégia política importante para a autonomia e da participação das ativistas que compunham o movimento. Estas buscavam o desenvolvimento de ações de formação e informação política, de modo a desenvolver atividades de complementação de renda para as profissionais do sexo. Suas conexões traziam à tona diversos tabus que envolvem a sexualidade feminina, assim:

Articulando com as Secretarias de Trabalho e Ação Social dos seus respectivos estados, convênios e programas de geração de renda. Por fim, o encontro definiu quais campanhas seriam impulsionadas nos próximos dois anos pelo movimento: saúde da mulher (descriminalização do aborto, planejamento familiar e prevenção DST/AIDS); luta contra o trabalho infantil, incluindo a prostituição infanto-juvenil; alteração do Código Penal, buscando descriminalizar a prostituição e a legalização da atividade; participar de campanhas e comissões acerca do tráfico de pessoas, violência e exploração de trabalhadoras sexuais (REDE BRASILEIRA DE TRABALHADORAS DO SEXO, 1993).

A criação das Associações de *Prostitutas* sob este viés se tornou mais um elemento de resistência, pois estas possibilitam a construção de novas formas de discutir o trabalho sexual visando a diminuição do estigma. Bem como possibilitaram a formação de novas estratégias para “adentrar os espaços de discussão e de participação política que envolve disputar noções de saúde, violência contra a mulher, tráfico de pessoas, cidadania, direitos humanos e a organização de movimentos sociais (BARRETO, 2016 APUD: GUERRA, 2019, p. 59)

Para Guerra, o período entre 1987 a 1992 foi crucial para a criação de novas associações pelo Brasil. Pois neste momento as trabalhadoras sexuais, buscavam impulsionar suas estratégias políticas em alcance regional, configurando o movimento putaativista enquanto movimento social. Para ela, a atual configuração deste movimento seria composta por três redes distintas, A Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de trabalhadoras e trabalhadores Sexuais e a Articulação Nacional de Prostitutas. Desse modo buscou fazer uma análise antropológica descritiva das configurações diferenciadoras percebidas ao longo do VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017).

Entre 1987 a 1992, se formaram as primeiras associações para que as prostitutas tivessem uma representação local e que pudessem impulsionar estratégias regionais. No ano de 1989, foram inauguradas três associações: o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), em Porto Alegre, o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), situado na cidade de Belém do Pará, e o Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande (CIPMAC), no estado da Paraíba. Em 1990, se formaram mais duas: Associação de Prostitutas de Sergipe (APS), na cidade de Alagoas/SE, e a Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE), na cidade de Fortaleza. No ano de 1992, foi inaugurado a Prostituição, Direitos Cívicos e Saúde (DAVIDA), sob a liderança de Gabriela Leite. Ainda na década de 1990, foi formada a Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), na cidade de Salvador (BA), o Grupo Liberdade, na cidade de Curitiba (PR), o Grupo Dignidade, em Florianópolis (SC) e a Associação Damas do Rio, no interior do estado do Rio de Janeiro. (MENEZES, 2019, p. 60).

A ampliação política destes movimentos se tornou uma das principais tarefas das Associações. De modo a construir novas possibilidades para discutir a *prostituição* de forma a diminuir o estigma sofrido por elas. Dentre os grupos mencionados pela autora, estão as lideranças, de:

Lourdes Barreto do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), de Belém do Pará, Tina Rovira do Núcleo de Estudos de Prostituição (NEP), de Porto Alegre, Ivanete Pinho do Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania (DASSC), de Corumbá (MT), Vânia Resende da Associação Pernambucana de Prostitutas (APPS), de Pernambuco (RN), Betânia Santos do Mulheres Guerreiras, de Campinas (SP) e Denise Mara do Núcleo Rosa Vermelha, de Manaus (AM). (GUERRA, 2019, p. 42)

Os aspectos trazidos pela autora evidenciam uma pluralidade e divisões política dentro do movimento putaativista. Desse modo, não podemos dizer que existe um único movimento putaativista no Brasil, mas sim um gama de posicionamentos e eixos que revelam suas disputas políticas internas. Alguns desses eixos não concordam com a regulamentação ou regularização do trabalho sexual, considerando-o

exploração sexual e opressão do corpo feminino. Este viés comunga com um posicionamento de cunho abolicionista e que é contra a regulamentação da *prostituição*. Desse modo, as narrativas que as Madalenas trazem nos sugere que dentro do movimento putaativista maceioense⁵⁴ existe um mix de posicionamentos (incluindo diversas identidades do que é ser puta), sendo muito deles convergentes de uma perspectiva salvacionista/abolicionista.

Nesse sentido, o viés do movimento putaativista das Madalenas se aproxima de uma maior articulação entre as profissionais do sexo e a regulamentação da profissão, de forma que tece um discurso envolta daquilo que seria a *identidade da puta*. “A construção da identidade puta está articulada a duas questões: a luta contra o estigma e a ruptura da imagem da “prostituta vítima”.” (GUERRA, 2019, p. 71). Ao assumir a *identidade puta*, este grupo passa a se distanciar de um processo discursivo de vitimização que é uma das dimensões do estigma, de forma a combatê-lo.

O estudo de Guerra aponta para como a divergência nas pautas em prol à profissionalização e a afirmação positiva da prática da *prostituição*, influenciou na construção dos movimentos sociais em prol das trabalhadoras sexuais de forma que este foi um dos pontos que levaram a cisão do movimento putaativista.

Segundo Olivar (2012), a mobilização do debate da prostituição pelo viés trabalhista implicou fabricar uma “prostituição dessexualizada” fortemente influenciada pela perspectiva econômico/ familista que possui uma forte ética do trabalho e da família que sustenta e é reproduzida, que se traduzirá numa política de tolerância em face do trabalho sexual [...]. Essa concepção traz como pano de fundo a radicalização do discurso contra o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual. (GUERRA, 2019, p. 68). Seguir o viés trabalhista dos debates sobre *prostituição* também significa articular mecanismos de resistência, no sentido de que se busca construir novas maneiras de se discutir o tema de forma a diminuir o estigma e violência que estas mulheres sofrem. Nesse sentido, aderir a este posicionamento significa politizar a categoria “puta”, que aparece como uma pessoa articulada, política, sujeita de direitos, empoderada: atributos que configuram uma liderança e uma associada, de tal maneira que reflete o fazer político destas mulheres.” (MENEZES, 2019, p. 55).

⁵⁴ “No caso das ativistas de Maceió, estas divergências e incompatibilidades podem ser percebidas nas ideias divergentes entre elas acerca do movimento e de sua atuação profissional”

Alguns destes aspectos mencionados por Guerra, são percebidos nas reivindicações das *Madalenas*, como por exemplo, ter uma assistência do governo federal para suas necessidades emergenciais, como a alimentação e moradia enquanto um direito básico a ser reivindicado. Elas buscam a efetivação de direitos, que segundo elas, somente a regularização da profissão poderia assegurar. Desse modo se unem aos movimentos em prol das trabalhadoras sexuais do Estado de Alagoas, aproximadas graças a redes de contato cibernéticas, passam a estabelecer conexões e alianças políticas com articulações de todo o Brasil. Neste sentido elas estão inserindo suas questões num emaranhado político militante acerca de sua profissão ao frequentarem eventos de *militância putaativista* e visibilizando as pautas das Madalenas.

A criação das associações é uma possibilidade de construir novas formas de discutir a prostituição de modo que se busque diminuir o estigma sofrido por essas mulheres devido à sua ocupação. A criação das associações procurou por meio dos processos de legalidade, adentrar na arena política e estatal pela disputa de editais públicos. [...] Para que não sofressem problemas com impostos, grande parte das associações se registrou como Organizações Não-Governamentais (ONGs). [...] No caso do movimento de prostitutas, disputar espaços por dentro do Estado seria uma forma de lutar contra a criminalização do movimento, que sofre diretamente com os impactos do estigma. Dessa forma, o processo de institucionalizar o movimento seria um mecanismo pela busca de legitimidade, reconhecimento e acesso aos direitos que são restritos cotidianamente. (MENEZES, 2019, p. 59)

O que chama a atenção é de que somente em 2019 as entrevistadas criaram um grupo sindical de apoio às trabalhadoras sexuais da Montepio, intitulado as *Madalenas*. Neste ano, elas passaram a se reunir semanalmente entre elas no coreto da praça, ponto em comum acesso. Neste espaço se articulam politicamente, colocam as suas pautas variadas, pedem por mais visibilidade pelo Estado exigindo seu status de pessoas humanas (*somos gente, somos seres humanos*) e seus direitos civis assegurados, direito à aposentadoria, seguro desemprego, bem como indenizações caso venham a sofrer algum dano moral e/ou físico ao desempenhar sua profissão. Desse modo é muito importante para elas a luta pela regularização da profissão, para garantir seus direitos por que são *gente igual a todo mundo*.

Associando-se à Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS) além de lideranças sindicais em nível nacional que lutam pelos direitos das trabalhadoras sexuais, com o apoio da CUTs, da secretaria dos direitos humanos e da mulher,

Consultório na Rua da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Maceió e do apoio para o movimento em prol da regularização da profissão.

As Madalenas sob este viés contam com o apoio (mesmo que defasado) da Secretaria da Saúde de Maceió. Que neste sentido, criaram programas como o Consultório na Rua que faz o atendimento das trabalhadoras sexuais no espaço da praça, mas que ainda assim, segundo as entrevistadas, elas continuam carentes de medicamentos pois estes não conseguem atender as que necessitam com remédios controlados e assistência diária.

Pra gente que estamos aqui na Montepio não temos assistência nenhuma. Nós não temos médicos, nós não temos direito a nada. [...] Não temos ajuda nenhuma, estamos aqui jogadas. [...] Vivemos só no sol quente e no sofrimento, porque aqui não tem ajuda de nada nem de ninguém. Poucas tem algum benefício, poucas tem alguma coisa, não tem nada. Só Jesus pra ajudar a gente porque tá difícil viu, e demais. (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020).

O programa Consultório na Rua⁵⁵ teria um levantamento de quantas mulheres trabalham na praça e de quantas possuem doenças crônicas, necessitam de medicamentos regularmente, e que infelizmente não consegui contactar os responsáveis pela área do centro da cidade e os dados das que ali trabalham. Este grupo, segundo as entrevistadas, é um dos poucos a darem algum tipo de assistência as Madalenas, mas não conseguem dar o apoio necessário a todas as mulheres da praça em suas necessidades materiais, médicas e psicológicas. Ao dizerem que: “Aqui pra gente não chega nada, nem uma cesta básica, não chega nada, eu digo por que sei⁵⁶”, Cristiane por exemplo escancara a quão precária é o cotidiano do grupo.

Estas se filiaram em 2019 à Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS) e suas lideranças vêm desenvolvendo encontros e eventos para discutirem sobre pautas como saúde, visibilidade política, regulamentação da profissão e suas vulnerabilidades sociais. Desde o começo deste ano, as Madalenas vêm desenvolvendo articulações políticas em prol dos direitos trabalhistas das profissionais do sexo da praça Montepio, filiando-se também à CUTs Central única dos

⁵⁵ ” Uma equipe multidisciplinar formada por 40 profissionais, entre técnicos de enfermagem, psicólogos, terapeutas ocupacionais, agentes sociais, técnicos em saúde bucal, músicos e artistas, divididos em subgrupos de seis, vão às ruas da cidade diariamente, em diferentes bairros, nos horários da tarde e da noite. Eles são uma espécie de ‘anjos’ que levam um pouco de conforto àqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social”. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/sms/consultorio-na-rua/>

⁵⁶ (Depoimento Cristiane, 14 de fevereiro de 2020)

Trabalhadores Sexuais, a Secretaria dos direitos humanos e da mulher e a secretaria de saúde de Maceió.

Sob este viés estas mulheres inserem suas potencialidades políticas na dinâmica da cidade, ao ressignificar o estigma que perpassa os seus corpos e sua profissão. Tornando sua presença na praça como uma “ruptura performativa menor representada por um tipo de gesto que ao mesmo tempo um movimento duplo, corporal e político” (BUTLER, 2019, p. 155). De forma que as Madalenas passam a utilizar os mecanismos de sua vulnerabilidade (econômica e social) em articulações e proposições de resistência.

[...] a reivindicação política é ao mesmo tempo representada e feita, exemplificada e comunicada. Tudo o que isso significa é que existe uma dimensão invariavelmente performativa para os tipos de reivindicações que são feitas, em que a performatividade funciona como uma relação cruzada entre corpo e linguagem. [...] Se estamos nas ruas é porque somos corpos que exigem formas públicas de apoio para se sustentar e se mover, bem como para viver uma vida que importe [...]. (BUTLER, 2019, p. 154).

Dessa forma, estas mulheres atuam como sujeitos políticos significativos, não só para o movimento putaativista no Estado, como também na busca que elas fazem pelo direito à liberdade de existir enquanto pessoas humanas. De modo que ao “deliberadamente” exporem seus corpos as violências das ruas, passam a atribuir a suas performances, significados de resistência e subversão política nas ordens normativas de gênero.

Estou aqui na Montepio onde eu trabalho como profissional do sexo. Tem gente que discrimina, tem gente que não respeita a nossa profissão. Tem gente que deixa a gente lá embaixo, pensa que nós somos bichos, mas não somos graças à Deus; só uma profissional do sexo. Só que tem muito sofrimento [...] eu escolhi ser uma profissional do sexo. Por que pra mim foi mais fácil, pra eu trabalhar, por que não tenho estudo. (Depoimento China, 04 de novembro de 2019)

Notamos a partir das entrevistas como as lógicas do putaativismo estão imbricadas na fala das Madalenas que reivindicam o status de profissionais do sexo exigindo o respeito e a dignidade humana em suas narrativas. Mesmo que não utilizando referências de trabalhos intelectualizado sobre o tema, suas falas nos direcionam para pontos de análises subjetivos acerca de suas experiências de subversão aos discursos heteronormativos produzidos sobre a profissão, transgredindo os espaços de sociabilidade burguesa e utilizando seus corpos como força política a ser levada em consideração.

Em contrapartida utilizam em alguns aspectos, discursos que buscamos subverter, como por exemplo a concepção determinista de família e trabalho em relação ao desprestígio da profissão da *prostituição*. De modo que podemos perceber em suas falas a presença de elementos discursivos do estigma que as perseguem. Ao agregar um peso valorativo à concepção de *família*, *amor* e *trabalho*, elas passam a estabelecer um duplo eixo de significação às suas experiências (um que combate o estigma e outro que converge com ele).

Eu mesmo tenho família, tive pai, tive mãe; mas Deus levou, tenho irmã, tenho irmão. Tenho família tenho tia e tio tenho tudo, nós temos família [...] isso aconteceu quando era da minha infância e o que eu passei na minha infância e que me machuca até hoje foi isso, que eu não tive pai nem mãe pra me ajudar. Foi depois que eu perdi eles que isso aconteceu comigo. Eu acho que se hoje eu tivesse eles eu não tinha conhecido o mundo da rua, não tinha conhecido as drogas, nem teria sido estuprada e nem ia ser uma Madalena como hoje estou falando. (Depoimento China, 04 de novembro de 2019)

Ser uma Madalena nesse sentido é ser caracterizada como quem não possui ninguém por ela, nem pai, nem mãe ou pilar que a tenha amparado. Esse pilar em outras palavras pode ser percebido como instrumento de determinações e expectativas sociais acerca da sexualidade feminina. Que nesse sentido justificaria a violência sofrida por seguirem comportamentos de uma sexualidade *insubmissa*, mas antes de tudo escancaram os dispositivos de constantes *disputas de poder* que disciplinam os corpos (*abjetos*). A vulnerabilidade que as ruas trazem para estas mulheres sob este viés, é moldada sob os aspectos mais cruéis de desigualdade e violência, e conseqüentemente trazem seus respectivos elementos de resistência.

A precariedade que o grupo Madalenas enfrenta sob o contexto da pandemia de Covid-19 é deveras singular, pois os grupos de movimentos sociais das minorias políticas passaram a lutar por sua sobrevivência com mais uma barreira que parece intransponível para aqueles mais vulneráveis ao contágio e a disseminação do vírus. A militância em prol dos direitos trabalhistas das trabalhadoras sexuais, somados ao fechamento temporário do centro de Maceió no ano de 2020, levaram a uma precariedade material de níveis extremos. Não ir para a rua trabalhar, significou fome para estas mulheres, de modo que mesmo com todos os riscos possíveis, desde os psicológicos até o físico, estas se viram irremediavelmente impelidas á

Montepio que estava completamente deserta (“coisa de filme”) naquele momento. O *putaativismo* das Madalenas se caracterizou neste ano a partir de suas associações e reivindicações materiais básicas para a manutenção da vida. De forma que suas lideranças passaram a buscar articulações com os órgãos de assistência social, como o CRAS Lagunar, a secretaria da Mulheres e dos Direitos Humanos, a Secretaria de Saúde e o ambulatório na RUA, entre outros.

Nos primeiros meses de pandemia (de março até junho), estes órgãos serviram enquanto mediadores de doações feitas a população mais carente de Maceió. De todo modo, nem todas conseguiram receber as doações, sendo os recursos adquiridos insuficientes. Em julho do mesmo ano, foi um dos períodos mais tenebrosos para as minhas colaboradoras na pesquisa. Elas me relataram como até mesmo o Auxílio Emergencial cedido a duras penas pelo governo brasileiro, não tinha sido aprovado para todas. Assim, apesar da consciência dos riscos que estavam correndo, treze integrantes do grupo continuavam indo à praça e frequentando os pontos, mesmo sem clientela nas ruas.

Este momento de vulnerabilidade em que todos nós nos encontramos, desnuda ainda com mais crueldade e violência da precariedade das Madalenas. No mês de julho de 2020 China me mandou mensagem pedindo que eu falasse com meus professores da Universidade para as ajudar. Este pedido foi um dos mais difíceis até aquele momento, pois cruzava a linha tênue entre o que eu escrevia e pesquisava e a realidade nua e crua com a qual aquelas mulheres estavam imersas. Além de me causar uma revolução interna, pois escancarava a qual classe social eu pertencia, uma que nada poderia fazer financeiramente por aquelas mulheres.

Assim, pedi ajuda aos meus colegas do GEPHGS, como Roberta Sodó e meu orientador Elias Veras para que nos mobilizássemos em socorro as Madalenas. Eles me sugeriram a criação de uma vaquinha virtual que foi divulgada por eles e pelo grupo de estudos. De toda forma, apesar de toda a ajuda recebida, só conseguimos arrecadar R\$ 682,00 reais que foi convertida em cestas básicas para somente seis integrantes. Sendo insuficiente para custear sequer um mês de alimentação para cada uma daquelas que continuavam expondo-se ao vírus. Desenvolvemos um flyer, iniciando a descrição do pedido de ajuda com o slogan “a fome não espera, temos

pressa”, na tentativa de escancarar a emergência em arrecadar o valor necessário para ajudar as 13 integrantes do grupo que continuaram batalhando. De todo modo, este valor não conseguiu ser ultrapassado e as que não receberam a cesta básica buscaram outras formas de sobreviver (que somente pressuponho quais poderiam ser, já que não me passaram quais foram).

Entender as dores com as quais elas estavam lidando, suas limitações e reivindicações, além de acompanhar ao longo de meses sua atuação na praça, e nada poder fazer para ajudá-las financeiramente, confesso que este momento foi deveras aterrador. De modo que considerei a feitura desta monografia como algo vivo e latente, que a todo momento me chocava e me impunha de forma pungente aquilo que era estudado. Era doloroso estudar sobre suas dores, ouvi-las contarem suas experiências sem nada poder fazer a respeito, sendo esta, mais uma das razões que me levaram a demorar a concluir este texto. Portanto, passei a escrever sobre elas como sendo uma das únicas formas que me eram possíveis de ajudar, as percebendo enquanto sujeitos históricos pertinentes dignos de respeito e estabelecendo em meu trabalho aquilo que elas queriam que fosse escrito sobre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o cotidiano da Montepio e das Madalenas pude perceber como o tema ainda é preenchido por tabus, tanto acadêmicos quanto culturais, acerca da profissão. E de como apesar de suas experiências possuírem o marcador da violência como ponto de partida, em suas narrativas fica evidente os pontos e mecanismos de resistência que utilizam para atuar no ambiente da praça.

Esta pesquisa foi desenvolvida num momento anterior a pandemia de Covid19, onde tive contato direto com as integrantes do grupo e das dinâmicas da praça. De todo modo, acredito que este momento ímpar na história global, afeta diretamente o desempenho das trabalhadoras sexuais da Montepio. Sendo estas, ainda mais vulneráveis aos focos de contágio, por estarem mesmo com os decretos de isolamento social em Alagoas, *batalhando* em contato direto com os clientes.

Suas experiências neste momento de pandemia são ainda mais críticas, pois acentua os marcadores de classe e raça. E suas necessidades básicas além de moradia, alimentação e garantia de direitos somam-se ao uso da máscara, da compra de álcool em gel e de produtos de higiene pessoal, o que para muitas, para conseguirem o mínimo vivem uma verdadeira Odisséia todos os dias.

É lamentável perceber como um vírus do preconceito, anterior ao Covid- 19, seja ainda mais cruel depois da pandemia, aumentando os níveis de desigualdade que estas mulheres precisam lidar diariamente. Sendo a presença destas (desigualdades) articulada à um discurso que percebe as trabalhadoras sexuais (e

identidades subversivas) como foco e/ou como transmissoras de doenças. Neste sentido, os preconceitos que elas já vinham enfrentando, tornam-se ainda mais severos e mortais, e as desigualdades que as oprimem ainda mais ferozes.

Apesar de tantos desafios e adversidades, me sinto grata por poder escrever sobre elas, e a felicidade que isso trouxe pras Madalenas ao se verem como foco de pesquisa quando a maioria das pessoas as discriminam me possibilitou seguir com minha escrita, até nos dias mais difíceis. Foi muito forte a impressão deixada por cada um dos encontros que tive com estas mulheres, não sendo possível sair do ambiente da praça sem que passasse dias e até mesmo semanas pensando sobre as falas de cada uma delas. Algumas falas, que eu gostaria de ter acrescentado a pesquisa, não me foi permitido que fossem gravadas, permanecendo somente em minha *memória* a força das palavras que elas me contavam sobre seu cotidiano e de como elas lidavam com as mais variadas violências todos os dias.

Esta pesquisa se tornou bem mais que uma monografia, sendo resultado de transformações profundas em como eu via as pessoas e a mim mesma no mundo. Ainda assim, não considero que este texto tenha o fôlego necessário para lidar com o tema e tão pouco esgota o debate sobre a profissão, sendo somente um ponto dentre tantos outros que gostaria de ainda poder abordar. Estas mulheres se tornaram para mim, muito mais que meros *objetos de estudo*, pois cada vez que ouvia suas histórias me aproximava cada vez de suas reivindicações. Desse modo, com este texto, me sinto parte da luta pelo direito putaativista, pois reconheço suas dores e batalhas diárias para sobreviverem e as vejo como pessoas humanas que merecem muito respeito e consideração.

Se espera contribuir com o presente texto, para as interpretações e leituras sobre o cotidiano das trabalhadoras sexuais na Montepio dos Artistas, trazendo uma reflexão sobre seu *trabalho* e o *direito a humanidade*. De modo a considerar a abjeção de seus corpos enquanto fator de resistência a heteronorma, e perceber todo um emaranhado de significâncias e significados atribuídos por elas enquanto potencialidades políticas relevantes em suas singularidades. Assim como trazer provocações acerca dos marcadores de gênero e sexualidade daquilo que é associado ao *feminino*, principalmente as diversas problemáticas que perpassam as categorias *mulher* e *puta*.

Ao estudarmos temas sobre as profissionais do sexo, não estamos somente trazendo à tona as questões relacionadas as trabalhadoras sexuais, mas também a uma série de imposições de forças e poderes que sujeitam todas nós. Desse modo, precisa-se burlar estes espaços muito bem-comportados de saber, lógica burguesa, de produção de conhecimento que nos invisibiliza. E desenvolver mecanismos de pensar novos sentidos para nossas práticas sociais e nossas identidades.

ANEXOS

1º Congresso Brasileiro de Prostitutas



Fonte: acervo das *Madalenas* 17 de dezembro de 2019.

As Madalenas na praça Montepio dos artistas



Fonte: acervo das *Madalenas* 31 de janeiro de 2020.

China no 1º Congresso Brasileiro de Prostitutas



Fonte: acervo das Madalenas 17 de dezembro d

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2015 p.155-202.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas Notas para uma teoria performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as Margens: Interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor**. In: MARTINS, Ana Cláudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (Orgs.). **Corpos em Aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020. Cap. 1, p.23-99.

FONSECA, Claudia. **A dupla carreira da mulher prostituta**. In: Estudos Feministas vol. 4, n. 1 1996, p. 7-33.

FOUCAULT; Michel. **A História da Sexualidade a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GROSSI, Yonne de Souza; FERREIRA, Carlos Amauri. **A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios**. In: *Revista História Oral*, n. 7 2004 p. 41-59.

HELENE, Diana. **O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres**. Seminário Internacional Fazendo gênero Women's Worlds Congress (anais eletrônicos). Florianópolis, 2017.

LENZ, Flávio. Et al. **Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas**. In: 7º Congresso Internacional de Design da Informação vol. 2, num. 2 - setembro 2015.

LIRA, Luciana Ramos; MENDONZA, Martha Romero. **História Oral e Psicologia Experiências de pesquisa e diálogos disciplinares**. In: *Oralidades Revista de História Oral* Ano 1, n. 1 (jan./ jun. 2007) - São Paulo: NEHO, 2007. P. 83-98.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação**. In: *Rev. Estud. Fem.* vol.9, n.2, 2001 pp.541-553.

_____. Et. al. **O corpo educado pedagogias da sexualidade**. Editora Autêntica: São Paulo, 2013.

PEREIRA, Amanda Gomes. **Estudos sobre prostituição: Uma revisão da bibliografia sobre o tema e sua inserção no campo dos estudos de gênero.** In: REVISTA HISTÓRIA- Ano 5, vol. 1, número 1, Rio de Janeiro Ano 2014.

PINHEIRO, Zairo Carlos da Silva. **A história oral: um procedimento crítico de transcrição.** In: Revista Zona de Impacto, Ano 16/1- jan/jun 2014.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os fatos. Narração, Interpretação e Significado nas memórias e nas fontes orais.** In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol 1, n ° 2, 1996, p. 59-72.

PRADA, Monique. **Baderna Putafeminista.** São Paulo: Editora Veneta, 2016.

RAMOS, Margarita Danielle. **Reflexões sobre o processo históricodiscursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres.** In: Rev. Estud. Fem. Vol.20, nº.1 Florianópolis Jan./Apr. 2012

RAGO, Luzia Margareth. **Os Prazeres da noite prostituição e códigos da conduta feminina em São Paulo (1890-1930).** São Paulo: Unicamp, 1990.

RODRIGUES, Susy Cristina. **Transcriar Narrativas: História Oral, violências e resistências juvenis.** São Paulo: Tese de doutorado da Universidade Federal de Campinas, 2017.

SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhais teu corpo uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT; Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez.1995, pp.71-99.

SEVERINO, Francisca Eleodora Santos. **Memória de morte, memória da exclusão: prostituição, inclusão marginal e cidadania.** São Paulo: Editora Leopoldianum, 2004, p. 237.

SGANZELLA, Natália Cristina Marciola. **Feita só por mãe! Sentidos de maternidade e família entre mulheres prostitutas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. 103 f.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gHMbW4V8r8Y> > acessado em: 13/03/2010.

Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=aijxRDkw2BE> > acessado em: 10/ 09/ 2010.

Disponível em< <https://d.gazetadealagoas.com.br/> > acessado em: 07/01/2020.

Diário oficial da União, Maceió, de Agosto de 2019. Disponível em:
<<http://www.maceio.al.gov.br/2019/08/semscs-continua-com-ordenamento-nocentro/>>
Acessado em: 18/08/2019